

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS DE PORTO ALEGRE:
DESVENDANDO A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA**

CAROLINA MARTINS DOS SANTOS

**PORTO ALEGRE - RS
2017**

CAROLINA MARTINS DOS SANTOS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS DE PORTO ALEGRE:
DESVENDANDO A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Vanessa Maria Panozzo Brandão

**PORTO ALEGRE - RS
2017**

CAROLINA MARTINS DOS SANTOS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS DE PORTO ALEGRE:
DESVENDANDO A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Aprovado em _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^a Vanessa Maria Panozzo Brandão
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^o Dr^o Tiago Martinelli
1^o Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a Santo Expedito por me guiarem e permitirem que eu chegasse até aqui mesmo com todas as intempéries que a vida colocou no caminho. Aos Senhores, minha eterna devoção e adoração!

À minha mãe, Janete, pelo apoio e amor incondicionais durante todo o período da graduação e da vida. Eu te amo!

Ao meu companheiro, José Francisco, por compreender todas as vezes que ouviu um “não posso, preciso estudar” e pelo total apoio nos momentos que mais precisei. Amo você!

Às professoras e futuras colegas de profissão, Simone Rocha e Vanessa Brandão, pelos conhecimentos e experiências transmitidos nos momentos mais importantes da formação. E por acreditarem em meu potencial, quando muitas vezes eu não acreditava. Obrigada pelo aprendizado e “puxões de orelha”!

Às minhas colegas e amigas do Cras Centro-Sul, Janaína, Marisete, Raquel, Suzana e Vânia, que me consolaram e me alegraram durante todo o período de estágio. Do Cras pra vida!

Às minhas colegas e amigas do Serviço Social - UFRGS, Ana Paula Mankowski e Gabriela Zucchetti, que foram fundamentais durante todo o período da graduação, pela amizade e companheirismo construído entre nós. Quero vocês pra sempre na minha vida!

Ao Grupo de Universitários Cristãos – Farol, que foi meu espaço para renovar as esperanças e a fé de que no final tudo daria certo. Se sozinhos somos luz, juntos somos um Farol!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso discute sobre a trajetória da política de assistência social desde a influência do catolicismo e de Mary Richmond, passando pelo Movimento de Reconceituação da profissão até a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional. Discute-se sobre o Serviço Social a partir da categoria trabalho, dialogando sua materialização através da dimensão técnico-operativa da profissão. Enquanto parte deste trabalho, fala-se a respeito da pesquisa acadêmica a qual se deu em diferentes Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Porto Alegre, sendo os assistentes sociais atuantes no Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) público alvo da intervenção. Considerando o teor da pesquisa como parte intrínseca de um cenário macro, realizou-se análise de conjuntura sócio-histórica como subsídio de discussão para esta proposta. Com base nos resultados obtidos, dialogou-se as respostas profissionais com a experiência de estágio vivenciada pela acadêmica em um CRAS de Porto Alegre, indissociando a dimensão técnico-operativa das dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão e dos eixos estruturantes que fundamentam a política de assistência social.

Palavras-chave: Dimensão Técnico-Operativa. PAIF. Política de Assistência Social. Trabalho Profissional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Períodos do Movimento de Reconceituação	29
Figura 2 – Componentes Normativos do Projeto Ético-Político	37
Figura 3 – Relação entre Estado, Serviço Social e Classes Sociais	43
Figura 4 – Dimensões da Instrumentalidade do Serviço Social	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características do período Mary Richmond à Era Vargas	18
Quadro 2 – Características do período ditatorial ao Movimento de Reconceituação	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Instrumentais do trabalho profissional	72
----------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CE - Código de Ética
CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CF - Constituição Federal
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
COS - Sociedades de Organização da Caridade
DC - Desenvolvimento de Comunidade
EUA - Estados Unidos da América
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
NOB - Norma Operacional Básica
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIF - Serviço de Atendimento Integral à Família
PEP - Projeto Ético-Político
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PSB - Proteção Social Básica
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
SS - Serviço Social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. APROXIMAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL	14
2.1 DO PERÍODO DOCTRINÁRIO CATÓLICO AO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO.....	14
2.2 DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL.....	27
3. O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO INSERIDA NA DIVISÃO SÓCIO-TÉCNICA DO TRABALHO	42
3.1 A CONCEPÇÃO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA A PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO	42
4. ESTÁGIO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	55
4.1 SITUANDO O ESPAÇO INSTITUCIONAL E A IMPLICAÇÃO COM A REALIDADE	55
4.2 A PESQUISA COMO RESPOSTA PARA A PROBLEMATIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL.....	63
4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE	87

1 INTRODUÇÃO

A realidade universitária é repleta de alegrias e tristezas. Uma porta se abre, mas é preciso “suar a camisa” para que outras também se abram. É uma profunda vivência que permite ao discente “mergulhar” na academia e usufruir de tudo que ela oferece. Estar neste espaço enquanto acadêmica é, quase, uma segunda graduação, porém, ao invés de conhecimento teórico e prático, é possível viver um universo até então desconhecido e que permite experiências únicas e inesquecíveis ao universitário para além das paredes da sala de aula. A dor e a delícia de realizar uma graduação é motivada pelas inquietações, pelo cansaço físico e mental, pelas contradições acadêmicas e pela bagagem afetiva e intelectual que o estudante constrói e carrega consigo.

Durante quatro anos e meio de graduação em Serviço Social, os sentimentos comuns aos seres humanos ficaram a flor da pele, beirando o desconcerto mental. Fazer uma graduação é ter a certeza que o amor e a dor andarão lado a lado a todo instante, é construir e desconstruir laços afetivos, é sair do espaço de origem e ir para um universo que faz questionar sobre seu próprio modo de vida, sobre como e por quem o mundo é formado, e sobre o papel de cada ser nesta realidade tão dura e cruel, mas, ao mesmo tempo, tão cheia de vida e conquistas.

Cursar Serviço Social foi um dos maiores desafios da vida. Oriunda de um meio onde o senso comum é hegemônico, ir na contramão desta lógica é um ato de ousadia e coragem. Sim, para ser assistente social é preciso ter muita ousadia e coragem! Em uma sociedade intolerante como a que se vive, discordar e questionar sobre o que está posto, é considerado um ato de rebeldia e revolução. O Serviço Social luta para se afirmar enquanto profissão inserida nesta concepção de transformação societária por uma realidade social justa e equânime.

O processo de formação profissional se constitui como uma constante descoberta naquilo que se refere ao significado de ser uma Assistente Social. Considerando o processo de formação em nível de graduação, cada semestre contribui de diferentes formas, para também entender a profissão escolhida. Das experiências que se destacam, são os estágios não-obrigatórios, e posteriormente, os estágios obrigatórios, onde é possível apreender realmente a realidade vivida pelos sujeitos, da mesma forma a experiência profissional. As experiências e vivências fora e dentro da academia mobilizam a problematizar a realidade profissional. O que foi e é vivido não se esgota, mas serve como um trampolim para novos estudos e descobertas acerca da profissão.

O aprendizado adquirido durante a graduação foi inquestionável. Transcende a formação universitária e chega à formação pessoal da discente. Processos e etapas constituem o funcionamento do curso. Cada semestre tem sua importância e contribuição ao estudante, onde trabalha-se desde a origem do curso até atualidade do mesmo, entendendo-o como um processo infindável e em constante aperfeiçoamento. Disciplinas, eventos, cursos, estágios, fazem parte deste mundo universitário. No Serviço Social, as disciplinas são pensadas em uma ordem cronológica dos fatos que conformam a profissão e, através disso, preparam o estudante para produzir seu próprio conhecimento sobre o curso, com base no que fora ensinado e a partir de suas próprias concepções.

A etapa final da formação constitui-se no presente trabalho, designado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a fim de discutir e refletir sobre a profissão e sua materialização nos espaços de trabalho do assistente social, será trazido à tona a discussão sobre a operacionalização do Serviço Social sob o norte da dimensão técnico-operativa da profissão em consonância com o Projeto Ético-Político profissional.

No primeiro capítulo será discutido sobre a trajetória da política de assistência social através de um breve panorama que irá tratar sobre sua gênese e as características sobre o contexto econômico-político, aspectos sociais, concepção de Serviço Social e a política de assistência social no período influenciado pela doutrina católica e pelo pensamento e contribuições “avançadas” para a época de Mary Richmond. Após, a discussão será ampliada evidenciando a construção e efetivação do Movimento de Reconceitualização que se constituiu como marco para a história do Serviço Social ao desvincular a profissão da lógica assistencialista, colocando-a na sociedade contemporânea enquanto trabalho voltado para a garantia dos direitos sociais.

Avançando para o próximo capítulo, será tratado sobre o Serviço Social a partir da categoria trabalho, considerando-o enquanto profissão que se insere na sociedade capitalista através da venda de sua força de trabalho e que se coloca no mesmo processo que pertence à classe trabalhadora. Através do entendimento do Serviço Social enquanto trabalho, discute-se a materialização desse trabalho com base na dimensão técnico-operativa da profissão, no que tange aos instrumentais de trabalho, técnicas utilizadas e finalidade das intervenções, em destaque para a ação por meio da abordagem grupal.

No último capítulo, discutir-se-á sobre a experiência de estágio em um CRAS de Porto Alegre que culminou na escolha em realizar uma pesquisa qualitativa que tratasse sobre a atuação do Serviço Social no CRAS, em especial na execução do PAIF. A pesquisa é parte constitutiva deste TCC e foi realizada como meio de aproximação e reflexão da realidade do

assistente social em um equipamento da política de assistência social, no que se refere à operacionalização de seu trabalho com base nas prerrogativas da política e da própria profissão.

2 APROXIMAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL

2.1 DO PERÍODO DOUTRINÁRIO CATÓLICO AO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

Discutir a emergência do Serviço Social significa resgatar importantes aspectos que compõem sua criação. Se a profissão se constitui hoje como tal, é pela herança deixada pelo período catolicista onde os profissionais – que não se enxergavam como tal – estavam mergulhados em uma realidade benemerente, atribuindo à Igreja Católica característica de instituição responsável pela manutenção da ordem social. Deste modo, para compreender como a profissão era vista e como essa visão ainda repercute, mesmo que de forma velada, no cotidiano profissional de hoje, é indispensável a discussão acerca da influência católica antes mesmo de 1930, período de surgimento do Serviço Social enquanto profissão. Sendo assim, ao debruçar-se para essa discussão, pretende-se, neste capítulo, traçar uma reflexão acerca da emergência do Serviço Social enquanto profissão atrelada à perspectiva católica, para também reconhecer a construção da sua identidade profissional.

Para iniciar o debate sobre a emergência do Serviço Social baseado na doutrina católica, bem como sobre como se conformava as práticas assistencialistas neste período, será tratado acerca das Encíclicas Papais dos anos de 1891 e 1931, com o objetivo de compreender a influência católica como fator histórico e que rebateu (e rebate) na profissão durante décadas. Curiosamente ambos os documentos tiveram origem nas seguintes datas: Encíclica “*Rerum Novarum*” (15/05/1891) e Encíclica do Quadragésimo Ano (15/05/1931). Este dia e mês aludem à data de comemoração ao profissional assistente social e, deste modo, pode-se pensar nesta casualidade como algo não tão arcaico, uma vez que, o conteúdo destes documentos ainda é relativamente reproduzido nos dias atuais¹.

A Encíclica “*Rerum Novarum*” trazia a Igreja como única instituição capaz de “solucionar os problemas sociais” com base nas doutrinas pregadas pela religião. Sobre as problemáticas sociais, o documento diz,

¹ O dia é comemorado em virtude do Decreto 994/62 que regulamenta a profissão do assistente social e cria os Conselhos Federal e Regionais ter sido editado em 15 de maio de 1962. Assim, embora a profissão tenha sido legalmente reconhecida por meio da Lei no. 3252 de 27 de agosto de 1957, somente em 15 de maio foram regulamentados e instituídos os instrumentos normativos e de fiscalização, na época Conselho Federal e Regional de Assistentes Sociais. Hoje com a edição da Lei 8662 de 08 de junho de 1993 – Conselho Federal e Regionais de Serviço Social. (CRESSRJ, 2017).

[...] porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. (PAPA LEÃO XIII, 1891).

Neste sentido trazia ainda que os pobres e operários estavam fadados a própria sorte para melhorar suas condições de vida, responsabilizando o proletariado como agente de sua mudança sem considerar, criticamente, a ação do Estado. Naquele cenário a crítica, inclusive, era inexistente, de tal modo que a perspectiva do senso comum era dominante e atraía os leigos e fiéis da Igreja Católica.

O alfarrábio ainda trazia a caridade cristã de maneira contundente, defendendo a ideologia de que somente através da filantropia seria possível prover “felicidade às classes deserdadas”, conforme indicava o Papa Leão XIII (1891). Defendia a criação de instituições caridosas que proporcionassem esse bem-estar através de esmolas e do “socorro”, com o intuito principal de “aliviar a miséria”.

[...] não se cansem de inculcar a todas as classes da sociedade as máximas do Evangelho; façamos tudo quanto estiver ao nosso alcance para salvação dos povos e, sobretudo, alimentem a si e acendam nos outros, nos grandes e nos pequenos a caridade, senhora e rainha de todas as virtudes. Portanto, a salvação desejada deve ser principalmente o fruto duma grande efusão de caridade, queremos dizer, daquela caridade que compendia em si todo o Evangelho, e que, sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo, é o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século. (PAPA LEÃO XIII, 1891).

A Encíclica do Quadragésimo Ano apresentava algumas questões com um pensamento mais crítico, porém sem desvincular-se da lógica cristã. Traz reflexões que tratam da contradição entre classe operária e burguesa, no que se refere a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas e defende uma remuneração justa para a sobrevivência familiar baseado, obviamente, na figura masculina enquanto único provedor do sustento. Mesmo com singelas mudanças de um documento para outro, a caridade cristã, entendida como forma de atendimento às classes desprovidas, ainda está enraizada nesta discussão. A presente Encíclica trazia fortemente a figura celestial como salvadora de todas as mazelas sociais. Tentava pregar a “paz mundial” através da conciliação entre as classes, onde ambas contariam com o apoio mútuo. Veementemente mostrava idéias de que a classe proletária deveria aceitar a condição que lhe foi imposta, visto que foi algo que “Deus quis”. Sumariamente, trazia que a “salvação” do mundo só é possível através do Cristianismo.

Então os ricos e senhores converterão em amor solícito e operoso o antigo desprezo pelos irmãos mais pobres; acolherão os seus justos pedidos com bom rosto e coração

aberto, perdoar-lhes-ão até sinceramente as culpas e os erros. Por sua vez os operários, reprimindo qualquer sentimento de ódio e inveja, de que abusam com tanta astúcia os fautores da luta de classes, não desdenharão o posto que a divina Providência lhes assinou na sociedade humana, antes o terão em grande apreço, bem persuadidos de que no seu emprego e ofício trabalham útil e honrosamente para o bem comum, e seguem mais de perto Aquele que, sendo Deus, quis na terra fazer-se operário e ser considerado como filho de operário. (PAPA PIO XI, 1931).

Ainda com base nessa origem cristã, por volta de 1920-1930, de acordo com Carlos (1991), a Igreja Católica ganha força, tentando afirmar sua hierarquia no Brasil dando origem ao período denominado Restauração Católica. A Igreja passou a ser influente na sociedade da época, disseminando seus pensamentos de forma abrangente. Praticando ações conservadoras e doutrinárias, lutava pela ordem e a autoridade para o bom funcionamento da sociedade partindo do princípio de que sem autoridade não existiria ordem social, desta forma fazia com que os padrões eleitos fossem reconhecidos apenas nos membros que compunham a elite.

[...] nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento. (YAZBEK, 2009, p. 8).

Com o que fora trazido através destes documentos, é possível extrair a ideia de exaltação ao Catolicismo como único meio de manter a ordem social e proporcionar bem-estar aos sujeitos mais vulneráveis. Trazendo essa concepção para os dias atuais, não é de se estranhar que se veja isso em alguns espaços sócio-ocupacionais onde, *veladamente, coloca-se os direitos sociais na perspectiva de ajuda aos necessitados, caridade e política de favor*².

De acordo com Sposati et. al. (2010), a assistência era baseada na lógica da solidariedade social e da benesse aos pobres, doentes e incapazes. À época a assistência social não tinha caráter de política de direitos e sim, de uma prática de atendimento assistencialista às classes subalternas e desfavorecidas. O entendimento dos usuários enquanto classe era inexistente, reforçando a despolitização e acriticidade dos indivíduos que a praticavam.

O assistencialismo é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração. [...] Os setores dominantes, primeiro, produziam em grande escala a miséria e a doença; em seguida, criavam alguns hospitais e asilos. (ALAYÓN, 1992, p. 48).

² *Grifo meu.*

Enquanto estratégia de controle e apaziguamento das grandes massas, o assistencialismo trabalhava para suavizar o pauperismo e o sofrimento da população, colocando os sujeitos em uma posição de privilegiados por estarem recebendo este favor em troca de resignar-se com sua condição social. Constituía-se, de fato, uma maneira de calar os sujeitos que ousavam reivindicar pelos seus direitos sociais, sejam eles de alimentação, moradia ou igualdade salarial. Não tendo outra saída nem mesmo apoio estatal para enfrentamento, a população condicionava-se às imposições burguesas por motivos claros de sobrevivência.

No período influenciado pela perspectiva católica, a dimensão técnico-operativa, ou seja, a instrumentalidade dos profissionais possuía características centradas no tecnicismo, isto é, expressava a ideia do “fazer por fazer”, sem reflexão e discussão sobre as metodologias de trabalho. As intervenções de trabalho enquanto meios para realizar o exercício profissional e que deveriam carregar uma teoria crítica em sua construção, nessa época não eram vistas desta maneira, o trabalho profissional carecia de fundamentos teóricos que o respaldassem para sua execução. A datar da gênese do Serviço Social, em meados dos anos 1930, a profissão possuía relação intrínseca com o catolicismo da época o que, por sua vez, caracterizava o Serviço Social como prática doutrinária e moralizante. As ações católicas refletiam em práticas profissionais conservadoras e acríticas. Com o passar das décadas, a profissão passou (e ainda vem passando) por um processo de reconceituação, direcionando as ações profissionais para um viés crítico e propositivo.

Sendo assim, a fim de discutir e refletir sobre o Serviço Social brasileiro de sua origem até os dias atuais será abordado, resumidamente, o marco do período histórico que se inseria a profissão e, ainda, qual era a concepção do Serviço Social daquela época, desvendando como compreendiam seu objeto de trabalho, e trazendo, por fim, o trabalho do assistente social na política de Assistência Social e a forma como era operacionalizada pelos profissionais.

A seguir, segue quadro com o conteúdo explicativo e, após, breve discussão acerca do assunto apresentado.

Quadro 1 - Características do período Mary Richmond à Era Vargas

Período Histórico/ Estado	Concepção do Serviço Social na época	Concepção do Objeto de trabalho	Trabalho do Assistente Social na política de Assistência Social	Dimensão técnico operativa/ instrumentais de trabalho
Século XIX-XX EUA Mary Richmond	Vocação profissional; Relação de ajuda com as pessoas; Transformação do indivíduo e da sociedade (ordem social).	Pobreza – Problema Social	Caridade; Religiosidade; Beneficência; Benevolência.	Promoção Social; “Case Work” Diagnóstico Social Visitação social.
1930-1943 Era Vargas	1938- CNSS 1942 – LBA Influência SS americano	Regulamentação das relações de trabalho. Questão Social como caso de polícia.	Práticas assistencialistas.	Trabalho em grupos para fins terapêuticos e de interação. SS de Caso SS de Grupo

Elaborado pela autora. Fontes: Andrade, 2008; Carvalho, 2012; Guedes, 2016.

Em pleno século XXI, falar de Mary Richmond pode parecer retrógrado e obsoleto. Engana-se quem pensa assim. A autora em questão possui grande contribuição na construção e consolidação do Serviço Social. Carvalho (2012), dispendo de aporte prático e teórico sobre o desenvolvimento da profissão, indica que em meados do final do século XIX e início do século XX, no EUA em meio à crescente industrialização, Richmond é personagem principal na fecundação do Serviço Social.

À época, de acordo com Carvalho (2012), a Questão Social era relacionada à pobreza e possuía duas posições ideológicas: uma voltada à defesa do Estado enquanto provedor do bem-estar social e outra associada à iniciativa privada (religiosa ou laica) como responsável pelo desenvolvimento social através da prática voluntarista. Desta forma, Mouro (2009 apud Carvalho, 2012, p. 160) nos diz que a intervenção profissional orientava-se através da promoção social e do assistencialismo, com práticas de caráter vigilante, solidário e de regulação e ordem da sociedade.

[...] integravam-se numa perspectiva reformista e desenvolvimentista, orientando-se: I) *pela conscientização do indivíduo* e mudança das normas e regras da sociedade através de reformas sociais [...]; II) pela evidência científica que demonstrava que era necessário criar serviços e formar profissionais capazes de intervir no mundo real e desenvolver as sociedades tendo presente o princípio da dignidade humana. (CARVALHO, 2012, p. 161).

Este panorama traçado influenciou na construção da identidade profissional do assistente social que, neste período, baseava-se na esfera da vocação profissional e numa ética fundamentada na relação de ajuda e caridade, estendendo, então, ao bem estar e manutenção da ordem social. Para atuar como assistente social *era necessário gostar de “ajudar” e ter “amor” ao próximo*³.

[...] o Serviço Social era concebido como uma “missão”, um “serviço” à sociedade, que estava na dependência de uma “vocação” específica de seus agentes, a quem competiria, segundo expressões muito utilizadas na época, “fazer o bem-feito”. Isso significava realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos aos assistentes sociais, através da educação. (BULLA, 2003, p. 8).

A perspectiva de ajuda, bem como a política de favores, estavam enraizadas na prática profissional do período Richmoniano. A profissão era atribuída à mulher por ser este um indivíduo “delicado” e com o olhar voltado para o cuidado e proteção dos sujeitos.

[...] o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja, que imprimiram na profissão um “espírito de apostolado”, configurando-a como uma profissão a ser exercida por mulheres, como uma “vocação”, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres: o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim “naturalizando” a responsabilidade da profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres (LISBOA, 2010, p. 67).

Segundo Carvalho (2012), Richmond atuou como visitadora social nas organizações de caridade – as Sociedades de Organização da Caridade (COS), organizações laicas ou religiosas que concretizavam a ação não como um direito, mas sim como uma dádiva. De acordo com Mouro (2001 apud Carvalho, 2012, p. 163), essas visitas tinham como objetivo definir critérios de ajuda social. As visitas eram realizadas através da aplicação de inquéritos sobre as condições socioeconômicas das famílias que, após analisados, eram determinados como casos a serem apoiados. Já no ano de 1917, a autora publicou o livro *O diagnóstico social* que influenciou(a) a profissão até os dias atuais.

Richmond definiu o problema social como objeto do Serviço Social e o *case work*, orientado para o diagnóstico social, como método a seguir, permitindo assim introduzir o Serviço Social na rota da ciência [Martínez, 2006]. [...] ao contrário do que, por vezes, é entendido, a orientação de Richmond defendia uma visão dos problemas de uma forma integrada e não, exclusivamente, centrada nas pessoas, como defendiam as teorias psicanalíticas. (CARVALHO, 2012, p. 163).

³ Grifo meu.

A partir da publicação do célebre livro, Richmond renovou o conceito da profissão com ações que requeriam profissionais assalariados e não voluntaristas, promovendo, então, de acordo com Carvalho (2012, p. 163), a “profissionalização da assistência social”. Mary Richmond passou a trabalhar com grupos e comunidades lutando a favor dos grupos desfavorecidos e pelo reconhecimento da profissão. Utilizava, ainda, técnicas caritativas e assistencialistas, porém, de maneira sistemática e racional, visando mudanças políticas através da cientificidade do conhecimento.

Mary Richmond deixa seu legado para a profissão no que se refere ao caráter assistencialista que alguns profissionais atribuem às suas ações de trabalho. É possível perceber as concepções ainda na atualidade na execução do Serviço Social, uma vez que, práticas assistencialistas fazem parte do cotidiano de trabalho de alguns profissionais. Sendo assim, o pensamento Richmoniano não está descolado da ação profissional operacionalizada no século presente e, nitidamente, este panorama está longe de seu fim.

Há ainda uma lógica conservadora no que se refere à execução das políticas públicas, implicando limites na realização do trabalho profissional e deixando muitas vezes os limites institucionais atravessarem o trabalho, bem como a falta de análise frente a realidade, impedindo o que é realizado pela profissão na consolidação do Projeto Ético Político. O imediatismo realizado na execução do trabalho “invade” o cotidiano deixando de ser realizado o processo de busca pela essência do fazer profissional para enxergar as contradições da realidade social. Por exemplo, quando o profissional fornece auxílio de qualquer espécie ao usuário, sem trabalhar com o mesmo o direito de estar recebendo este auxílio e a sua origem e, ao mesmo tempo, trabalhar de modo reflexivo com este usuário, quando este auxílio está indisponível no espaço de trabalho, construindo consciência crítica frente aos limites da instituição que o atende.

A simples distribuição do recurso não caracteriza uma intervenção profissional; no entanto, existem situações em que é necessária a utilização de um recurso desta ordem, o que não dispensa o profissional de estabelecer vínculos, provocar reflexões, realizar mediações ou o apoio social. (PRATES, 2003, p. 3).

Dialogando com o conteúdo apresentado no quadro 1, que traz sobre a emergência do Serviço Social desde a influência de Mary Richmond na profissão até o período da Era Vargas e o surgimento do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, com o decorrer das décadas, o Serviço Social adquiriu novas características, porém sem ainda perder os traços de sua gênese. Estando a profissão diretamente vinculada à conjuntura sócio-econômica e política da

época, o período do Estado Novo se constituiu como marco para o surgimento de instituições assistenciais e legislações voltadas ao trabalhador.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade. (IAMAMOTO, 1992 apud ANDRADE, 2008, p. 269-270).

O objetivo maior destas ações e serviços não era garantir os direitos da classe trabalhadora e sim, otimizar os níveis de produtividade e a exploração da força de trabalho, fatores fundamentais para a expansão do capitalismo. Além disso, o Estado assumia o papel de “controle de massas” agindo com ações repressoras e contra os movimentos reivindicatórios, com o intuito principal de se autoprotger. Andrade (2008) traz que o Estado, desta forma, aliava-se a instituições burguesas (LBA, SENAI, SESI, SENAC) para sua autopromoção.

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940 coincidiram com o momento de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Esse período representou o momento em que a profissão pode romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico e, a partir do e no mercado de trabalho que se abriu com essas instituições, instaurar-se como uma categoria assalariada, fortemente atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado. (ANDRADE, 2008, p. 270).

A partir da emergência destas instituições assistenciais, o Serviço Social teve grande avanço no sentido de uma intervenção mais técnica e eficiente, descolando da visão doutrinária e moralista de sua origem. As teorias de caso, grupo e comunidade, passaram a compor o arcabouço metodológico do Serviço Social contribuindo para as estratégias de intervenção profissional da época. Conforme Brandão (2006, p. 46), “as teorias de Caso, Grupo e Comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social em que vivia”. As citadas teorias foram de grande valia para a construção da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, que, com o passar do tempo, teve sua intencionalidade e objetivos repensados e reconceituados a fim atender às demandas trazidas pela população usuária. Deste modo, Andrade (2008) elege elementos importantes para cada uma das metodologias, dando ênfase a aspectos centrais para a intervenção profissional.

A intervenção através do **Serviço Social de Caso** (*casework*) é centrada na personalidade do “cliente” e tem como objetivo principal estabilizar ou melhorar a situação dele quanto à adaptação ou ajustamento social. É uma prática voltada à lógica do ajustamento e mudança de comportamento do indivíduo.

[...] se emprega o Serviço Social de Caso junto a pessoas com problemas e dificuldades de relacionamento pessoal e social, ou seja, de inter-relacionamento social, reconhece-se a validade de sua utilização, em profundidade, em serviços especializados e/ou de sua adequação ao nível de execução de programas amplos. [...] o Serviço Social deve ser aplicado de forma a capacitar o cliente a integrar-se na sua comunidade e no processo de desenvolvimento. (CBCISS, 1986, p. 33).

O Serviço Social de Caso consistiu enquanto técnica de ajustamento social dos indivíduos, ou seja, era uma forma de adequar e reeducar os sujeitos conforme as demandas da sociedade. De acordo com Kfoury (1945) o reajustamento de cada caso/indivíduo se dava através de um processo composto por três elementos: o estudo, o diagnóstico e o tratamento social. Deste modo, o estudo consistia no conhecimento do cliente e de suas necessidades; após, interpretava-se o caso com base no que foi levantado e fazia-se o diagnóstico⁴ para, por fim, traçar um plano de tratamento ou terapêutica social voltada à adaptação do sujeito à vida social através de um processo educativo.

Em seu trabalho, a autora ainda cita os instrumentos utilizados para realização do estudo, diagnóstico e tratamento, sendo eles: a entrevista, a observação, os recursos do meio e a documentação. Trazia a prática da entrevista como o instrumento mais importante, visto que através dela era possível fazer o diagnóstico e o tratamento. Kfoury (1945, p. 134) diz que “é onde o assistente revela a sua capacidade *para tratar com as pessoas*” [grifo meu]. A observação se dava através de observar as atitudes e o comportamento do cliente, de sua família e do ambiente em que vive. Para o estudo e tratamento de um caso, o assistente recorria a obras sociais e aos recursos do meio social. Por fim, o Serviço Social de Caso traz a documentação (certidões, carteiras, passaportes) como ferramenta para auxiliar na compreensão e orientação do caso, além de relatórios e prontuários sobre os clientes.

Com o que fora trabalhado até aqui a respeito do Serviço Social de Caso, é possível não remeter às intervenções atuais? Evidentemente que a finalidade das intervenções se

⁴ Diagnóstico Social é a tentativa para se definir tão exatamente quanto possível a situação e a personalidade de um ser humano sofrendo ou apresentando um problema social de situação ou personalidade, isto é, em relação a outros seres humanos dos quais depende ou deles dependem, e também em relação às instituições sociais de sua comunidade. (Mary Richmond apud Kfoury, 1945, p. 133).

difere, porém, as técnicas, em sua essência, são as mesmas. Nos espaços sócio-ocupacionais, o assistente social utiliza-se dos seguintes instrumentos para realizar seu trabalho: a entrevista e a visita domiciliar como forma de aproximação da realidade social do sujeito; a observação e interpretação dos fatos apresentados; a utilização dos recursos oferecidos pela rede sócio-assistencial, uma vez que, a profissão não se faz de maneira isolada e a documentação (relatórios, prontuários, laudos) que é uma forma de registro a respeito da vida do usuário e dos caminhos percorridos pela rede de serviços.

Com relação ao **Serviço Social de Grupo**, Andrade (2008), nos sinaliza que, na segunda metade da década de 1940, mesmo ainda com a influência do Serviço Social de Caso, ganha notoriedade a intervenção em formato grupal. Andrade (2008) relata que esta forma de intervenção era voltada a ajudar os indivíduos a se auto-desenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos, tendo como objetivo principal a capacitação do indivíduo para um correto funcionamento social.

Um método do SS que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade. [...] uma prática que visa minorar o sofrimento e melhorar o funcionamento pessoal e social de seus membros, através de específica e controlada intervenção de grupo, com a ajuda de um profissional. (KONOPKA, 1979 apud ANDRADE, 2008, p. 283).

Deste modo, verifica-se a ação do Serviço Social voltada ao fundamento do ajustamento e enquadramento social dos indivíduos. Partindo do pressuposto de adequar o indivíduo conforme as normas da sociedade vigente, cabia ao assistente social agir de forma doutrinária e controladora, excluindo o direito à autonomia e liberdade dos sujeitos.

[...] o Serviço Social se resume em toda a ação dos poderes públicos, dos indivíduos ou das obras particulares, tendo por fim prevenir, curar ou minorar por meios científicos as deficiências dos indivíduos e das coletividades. E conclui que é o “tratamento técnico das enfermidades sociais.”. (CARLOS, 1993, p. 179).

Considerando a importância da intervenção grupal como estratégia de trabalho do assistente social⁵, é necessário fazer a crítica sobre como essa intervenção era vista e operacionalizada nas décadas anteriores à atual. Assim como o Serviço Social de Caso, esta intervenção também traz a ideia de ajustar o indivíduo para um melhor relacionamento e socialização com a sociedade, através do enfoque terapêutico e disciplinador. Conforme o documento do CBCISS (1986), o Serviço Social de Grupo defendia a ideia de que a vivência

⁵ Este assunto será abordado mais adiante.

em grupo acarreta maiores possibilidades para melhor enfrentamento das “necessidades psicossociais da pessoa humana”, uma vez que é um espaço coletivo composto por indivíduos de uma mesma comunidade e que, portanto, vivenciam grande parte das mesmas expressões sociais.

De forma geral, o trabalho com grupos é incorporado numa perspectiva que visa fortalecer os indivíduos, através da convivência grupal, que lhe proporcionaria um autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e valores sociais vigentes. Os influxos advindos da Psicologia e da Psicanálise motivam o interesse dos assistentes sociais brasileiros pelas técnicas de dinâmica de grupos, já que oferecem suporte para a ajuda psicossocial, tão presente na consecução da prática, naquele momento. (TRINDADE, 2001, p. 12).

O escrito do CBCISS (1986) menciona que os objetivos do Serviço Social de Grupo eram condicionados a três variáveis: as necessidades dos membros, a finalidade da obra⁶ e o objetivo profissional do assistente social. E diz, ainda, que as funções deste tipo de intervenção respondem dois tipos de necessidades: as dos próprios participantes do grupo e às necessidades da sociedade na qual o grupo se acha inserido.

Desta forma, é possível identificar que a lógica desta intervenção se assemelha ao trabalho social com grupos na atualidade. Ainda que o Serviço Social tenha se baseado nos aportes da psicologia social para o trabalho com grupos, que traz importantes elementos para a discussão de grupo de maneira ampliada, considerando a totalidade e historicidade dos sujeitos envolvidos através da metodologia coletiva, por meio da teoria de grupos operativos de *Pichón Rivière*, os profissionais compreendem a estrutura dos grupos. No entanto o Serviço Social debruça-se na teoria social crítica para fins de execução, visto que esta concepção teórica sustenta com maior propriedade os objetivos que se quer alcançar por meio deste instrumental. Com viés crítico e propositivo, o trabalho com grupos é pensado com vistas às demandas trazidas pelos usuários e pela comunidade na qual se insere. Fica ao encargo do profissional identificar essas demandas, traçar o planejamento para e com seus usuários, com a intenção de atingir o objetivo final do trabalho.

Ganhando visibilidade por volta da década de 1950, de acordo com Andrade (2008), o **Desenvolvimento de Comunidade – DC** realizava um trabalho assistencial e se estabelecia enquanto estratégia para ajudar as comunidades a reconhecerem suas necessidades e a assumirem responsabilidade na solução de seus problemas pelo fortalecimento de sua capacidade em participar integralmente na vida da nação.

[...] a década de 1950 é marcada pelo período de introdução do DC no Brasil, a partir do estímulo da Organização das Nações Unidas (ONU) a estas práticas,

⁶ Neste contexto, entende-se ‘obra’ como um feito, ação, ato.

momento em que são publicadas as primeiras obras brasileiras sobre o tema, cuja orientação teórica assenta-se em pressupostos positivistas, tal como o tripé de ação “indivíduo/família/comunidade”, privilegiando a educação da mulher, bem como as noções funcionalistas de integração, que ressaltam a cooperação da comunidade com vistas ao equilíbrio social, na qual a participação é concebida dentro dos estritos limites da localidade. (AMMANN, 2009 apud CLOSS, 2015, p. 69).

Conforme nos diz o documento do CBCISS (1986), o DC é um processo “interprofissional”, ou seja, se dava através da atuação de diversos profissionais, nem sempre incluindo o assistente social. Mesmo que ainda seja utilizado, este modelo de intervenção destoa de alguns aspectos carregados pelo Serviço Social de Caso e Grupo. Neste período, a perspectiva comunitária ganha força, remodelando a centralidade no indivíduo para a esfera do coletivo.

Quando o Serviço Social passa a atuar nos processos de desenvolvimento de comunidade é possível identificar mudanças no seu eixo de intervenção profissional: de uma prática restrita a atendimentos individuais e grupais centrados na promoção da tríade “ordem, moral e higiene”, a profissão volta-se também para o desenvolvimento de práticas cujo objetivo se expande para a promoção da harmonia social na relação Estado/Sociedade, através de uma abordagem mais coletiva. (TRINDADE, 2001, p. 13).

Aludindo ao contexto atual, a intervenção com grupos está presente em grande parte dos espaços de trabalho do assistente social, *em destaque no campo da política de Assistência Social, onde o trabalho com a comunidade é bastante significativo*. O Serviço Social, por sua vez, valoriza o trabalho coletivo, acreditando que é através dele que as mudanças societárias acontecerão. O coletivo aqui é entendido tanto no que diz respeito à comunidade usuária dos serviços, quanto ao coletivo profissional (interdisciplinaridade) para atender às demandas dos usuários de maneira integral, sob o ponto de vista de diversas profissões. Conforme Trindade (2001), a intervenção a partir do DC, transcendia a centralidade de mudanças comportamentais nas famílias e indivíduos. Buscava-se novas estratégias de intervenção diferentes do Serviço Social de Caso e Grupo, ainda que estas estejam presentes na dinâmica de algumas instituições assistenciais.

[...] o Desenvolvimento de Comunidade ainda está presente no Serviço Social de hoje. Traduzem-se na utilização sistemática do poder de iniciativa e cooperação dos indivíduos e das comunidades locais visando ao desenvolvimento nacional, participação voluntária, baseada na tomada de consciência sobre a necessidade de acelerar o desenvolvimento; participação solidária, no sentido de pertencer à comunidade; participação orgânica, no sentido de organização coletiva e responsável; participação dinâmica, no sentido de que o individual e o social se afastem da marginalidade e do subdesenvolvimento. (CASTRO, 2000 apud BRANDÃO, 2006, p. 46-47).

Sendo assim, seguindo a lógica do DC, é fundamental ressaltar a participação e o envolvimento da comunidade nas tomadas de decisões, desde que a população detenha as informações necessárias e os meios para atingir determinado objetivo. Ao assistente social compete viabilizar e lutar para garantir os direitos sociais das comunidades, transmitindo informações e os recursos possíveis de serem acessados pela população. Além disso, cabe, ao profissional, o resgate da consciência crítica para que os usuários juntem-se a essa luta enquanto coletivo, com o intuito de buscar e assegurar seus direitos.

É nessa ótica que o Serviço Social revelou-se como veículo de manutenção da dominação de classe e da hegemonia do capital, uma vez que os processos interventivos, no âmbito do crescente campo ocupacional, “[...] não se destinam a superar o estado de múltiplas carências em que vive a grande maioria da população usuária, mas sim a perpetuar este estado, reproduzi-lo, minorando ou remediando as sequelas mais aberrantes da exploração” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008 apud GOIN, 2016, p. 96).

Porém não se pode deixar de citar que o DC foi uma estratégia vinculada ao capital para compor a reprodução e controle da classe trabalhadora, uma vez que as “estratégias coletivas”, impunham idéias da classe dominante. Após esse período de descobrimento e construção da profissão, da criação e qualificação gradual das intervenções, iniciando na ideia do caritativismo e benemerência, alcançando o pressuposto da intervenção coletiva como meio de atender às demandas da população, a profissão reinventou-se construindo um novo significado para o Serviço Social.

Por volta dos anos 1960-1970, a profissão construiu-se e delimitou-se no que tange à sua intervenção, organização enquanto categoria profissional e na expansão do ensino em Serviço Social. A partir de então, tomou-se fôlego e entrou-se em um processo de maturação profissional, passando a participar da organização de congressos e cursos alusivos à profissão.

Nos anos 70, o Serviço Social brasileiro consolida um outro projeto profissional sintonizado com as novas requisições postas pelo processo de modernização conservadora do Estado: O Serviço Social se moderniza e laiciza-se. No mercado de trabalho da década de 70 os assistentes sociais assumem atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução final, que já lhes eram peculiar. Com isso, novos instrumentais de intervenção passam a fazer parte do cotidiano profissional, exigindo o domínio de um arsenal técnico mais sofisticado. (TRINDADE, 2001, p. 14).

Neste cenário de intensas e significativas transformações, o Serviço Social se consolida enquanto profissão que planeja e avalia os programas sociais, saindo da lógica de meros executores dessas políticas, porém, sem deixar de operacionalizá-las. A questão que se

discute é a respeito de um outro significado atribuído à profissão, onde a mesma passa por um processo de legitimação e reconhecimento. O capitalismo avança desenfreadamente, fazendo emergir expressões sociais que exigem a intervenção de profissionais críticos e propositivos. Em vista disso,

[...] ampliam-se as funções atribuídas aos assistentes sociais, nas diversas instituições criadas para atender às manifestações da questão social, e os profissionais passam a ser contratados como técnicos sociais. A requisição é por profissionais que dominem a burocracia estatal, a administração e que utilizem a pesquisa social e o planejamento como instrumentos prioritários de sua prática. Além disso, a participação dos assistentes sociais nas equipes multiprofissionais das instituições permite uma maior interlocução com outras profissões e disciplinas. (TRINDADE, 2001, p. 14-15).

Em meio a esta conjuntura, o Serviço Social avança para outro momento histórico da profissão: o chamado Movimento de Reconceituação. Este se despe radicalmente do Serviço Social moralizante e focalizador buscando o patamar crítico, reflexivo, radical e resistente da profissão. Deste modo, será discutido, a seguir, este momento sócio-histórico da profissão, traçando o panorama da época e tecendo fatos e reflexões que tragam até o cenário atual do Serviço Social.

2.2 DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A transição do Serviço Social conservador para o Serviço Social baseado em uma visão mais crítica, não se deu de um instante para outro e nem por osmose. Com o avanço do capitalismo e a agudização das expressões sociais que este sistema causava (e ainda causa), o Serviço Social precisou reformular-se enquanto profissão inserida na contraditória e desigual dinâmica societária. Posto como um desafio aos profissionais, o Movimento de Reconceituação contribuiu para o processo de desalienação profissional e negação do senso comum dentro da própria categoria.

Quadro 2 - Características do período ditatorial ao Movimento de Reconceituação

Período Histórico/ Estado	Concepção do Serviço Social na época	Concepção do Objeto de trabalho	Trabalho do Assistente Social na política de Assistência Social	Dimensão técnica operativa/instrumentais de trabalho
Ditadura Militar (1964-1985) 1960 – Movimento de Reconceituação	Ruptura paulatina com o SS conservador; Serviço Social como trabalho.	Questão Social a partir das relações sociais.	Construção da política de assistência social enquanto política de direitos. Seguridade Social (Constituição de 88)	Serviço Social de Casos; Matriz positivista; Desenvolvimento de Comunidade.

Quadro elaborado pela autora. Fontes: Andrade, 2008; Battini, 2016; Guedes, 2016.

O quadro acima traz a discussão sobre os períodos históricos que perpassaram a trajetória do Serviço Social. O período ditatorial enquanto momento de intensa luta da população e das categorias profissionais contra a supressão dos direitos sociais trouxe ao Serviço Social possibilidades para um repensar da identidade profissional e da intervenção da profissão na realidade social. A partir do Movimento de Reconceituação, a profissão passou pelo seu amadurecimento profissional e a pensar novas formas de atuação do Serviço Social na realidade contemporânea, agora sob os moldes da teoria social crítica e da defesa dos direitos sociais. Neste cenário, o Serviço Social passou a romper com os traços conservadores e a considerar esta profissão enquanto parte da categoria trabalho e, portanto, inserida na dinâmica das relações trabalhistas. Dentro disso, a política de Assistência Social passa a ser pensada enquanto política de direitos assegurada pela Constituição Federal de 1988, sendo parte do sistema de Seguridade Social. Sendo assim, é nesta época que o Serviço Social adquire um novo formato e uma nova identidade que se volta para a luta e garantia dos direitos sociais da população.

Para melhor compreensão dos períodos e fatos que marcaram o Movimento de Reconceituação, partindo de sua origem, em meados dos anos 1960, chegando ao ano 1993, período de regulamentação da profissão, traçar-se-á um esquema indicando os períodos importantes e, após, breve discussão sobre o assunto. Sabe-se que o Movimento de Reconceituação não se deu linearmente e nem que cada fato aconteceu de maneira isolada, porém, para tornar a discussão mais esclarecedora, o assunto será posto desta maneira.

Figura 1- Períodos do Movimento de Reconceituação



Esquema criado pela autora. Fonte: Netto (1998).

Em 1º de abril de 1964, no Brasil, eclode um movimento militar com requintes reacionários e repressores: a ditadura militar. O movimento perdurou por vinte anos, sofrendo mudanças ao longo das décadas. Com as repercussões causadas pela Ditadura Militar, no que tange a consolidação do sistema capitalista e, por consequência, ao aprofundamento da desigualdade social, as expressões sociais se intensificaram e passaram a requerer intervenções profissionais.

Neste contexto ditatorial, ainda na década de 1960, emerge um marco histórico e revolucionário para o Serviço Social: o Movimento de Reconceituação⁷. A profissão requalifica-se e passa a contestar o Serviço Social Tradicional, que tinha suas raízes vinculadas à perspectiva católica e ao modelo norte-americano. A compreensão de Questão

⁷ O marco inicial da Reconceituação foi o “I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social”, realizado em maio de 1965 em Porto Alegre, com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina. (NETTO, 2005, p. 9).

Social, objeto da profissão, era caso de polícia e, portanto, passível de intervenções que ajustassem os indivíduos conforme as exigências da sociedade da época. Deste modo, aos poucos, torna-se um período de reflexões e questionamentos sobre o real objetivo da profissão, um repensar sobre a prática profissional e sua identidade.

No Brasil, o Movimento de Reconceituação surge num contexto de grave crise econômica e política, culminando com o golpe militar de 1964, que passa a reger a Nação sob forte repressão, coibindo as manifestações populares organizativas de algumas categorias profissionais. (SILVA, 1994, p. 46).

De acordo com Netto (1998), antes do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social carecia de criticidade e de uma densa perspectiva teórica sobre a profissão. No âmbito da categoria profissional, “parecia imperar uma consensual direção interventiva e cívica”. Netto (1998) destaca que não significa que inexistiam lutas da profissão, mas sim, que foram embates que não repercutiram significativamente no que a profissão se conformou. Silva (1994) nos diz que o Movimento de Reconceituação voltou-se a uma face modernizadora, porém, ainda, com traços do desenvolvimentismo⁸. Com essa perspectiva, coloca a necessidade de aperfeiçoamento técnico para a ação profissional. Ou seja, a dimensão operativa passou a ser repensada com o intuito de torná-la eficiente no trato profissional.

[...] a formação profissional do assistente social passa a ser pautada na tentativa de busca da eficiência e modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e a administração passam a ter um papel fundamental, concomitantemente com o esforço de capacitação profissional no sentido de uma atuação a nível macro e para a participação em equipes interprofissionais. (SILVA, 1994, p. 47).

O Movimento de Reconceituação proporcionou aos assistentes sociais serem vistos não apenas como executores das políticas sociais, e sim atuando no planejamento e avaliação das políticas, uma vez que, sendo as políticas sociais voltadas para a garantia de direitos dos indivíduos, o Serviço Social é peça principal na elaboração, execução e avaliação destas políticas. Sobre isso, Netto (2005) coloca que “a principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: *o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo.*”

⁸ “[...] a deterioração das relações de troca, o esgotamento das reservas em moeda forte e o endividamento externo crescente — a partir de 1955, e a luta pela definição das opções tendo em vista criar condições favoráveis à expansão econômica, nos marcos do “capitalismo dependente”, são elementos das condições concretas em que se engendra a ideologia desenvolvimentista [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985 apud FORTI, 2012, p. 269).

Em meados dos anos 1970, após questionamentos e mudanças no interior da profissão, o Serviço Social desvincula-se do período tradicional alcançando a perspectiva marxista como teoria crítica capaz de explicar a emergência das expressões sociais, bem como um pensamento orientador para as ações profissionais.

Na década de 70, com a mobilização popular contra a ditadura militar, o Serviço Social revê seu objeto, e o define como a transformação social. Apesar do objeto equivocado, afinal a transformação social não se constitui em tarefa de nenhum profissional – é uma função de partidos políticos; o que este objeto, efetivamente, representou foi a busca, pelas assistentes sociais, de um vínculo orgânico com as classes subalternizadas e exploradas pelo capital. (MACHADO, 1999, p. 41).

Deste modo, a ruptura com o Serviço Social tradicional se deu de forma gradual e a prática do Desenvolvimento de Comunidade ainda se fazia presente, porém trazia novas interpretações da realidade social. De acordo com Gonçalves e Damasceno (2016), o processo de renovação⁹ do Serviço Social no Brasil é constituído pela perspectiva modernizadora que representava a necessidade da categoria profissional investir na sua sistematização e validação teórica. Sobre isso, a obra de José Paulo Netto (1998, p. 154-155), nos diz o seguinte:

O núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento [...]. O que caracteriza esta perspectiva, todavia, está longe de resumir-se à exclusão de tendências contestadoras: antes, o que lhe confere seu tônus peculiar é a nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais.

A perspectiva modernizadora foi um dos pilares do Movimento de Reconceituação e se caracterizou como momento de inquietações e questionamentos dos profissionais sobre seu próprio trabalho e sobre a realidade que estavam inseridos. A partir da construção de um novo posicionamento e o processo de amadurecimento profissional, cria-se, no interior da categoria, a construção de um novo projeto profissional, pautado, agora, em dimensões críticas e reflexivas.

No período ditatorial, onde havia o máximo controle da sociedade pelo Estado, Faleiros (2010) refere que nesta época desenvolveu-se forte ênfase na institucionalização das questões e dos “indivíduos e grupos-problemas”, isto é, aqueles considerados irregulares,

⁹ “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (NETTO, 1998, p. 131).

subversivos, marginais. Com isso, buscava-se construir a intervenção social trazendo estes indivíduos da “margem” e da “periferia” para a centralidade do consumo e da ordem.

Visão liberal da intervenção social, embasada no esforço individual que consiste na ênfase no “EU” do indivíduo, na estimulação do esforço individual para melhorar a si mesmo, ou no esforço comunitário para melhorar o meio. (FALEIROS, 2010, p. 15-16).

Entretanto, ainda em meados da década de 1960, Faleiros (2010) nos diz que emerge uma crise ideológica e política e, ao mesmo tempo, de eficácia no âmbito da profissão, implicando a desconstrução e construção de seu objeto de intervenção profissional. Ou seja, foi durante a emergência do Movimento de Reconceituação brasileiro que a instrumentalidade do Serviço Social reformulou-se e criou novas estratégias de intervenção que atendesse aos interesses dos indivíduos mais pauperizados. Deste modo, nas palavras de Faustini (1995), o Movimento de Reconceituação foi um período histórico fundamental de redimensionamento da prática do Serviço Social.

Essas inquietações da categoria, expressas conforme este direcionamento, só foram possíveis devido a alguns fatores que proporcionaram as condições internas para que a categoria construísse um novo projeto profissional: o seu amadurecimento organizativo e representativo e a formação de uma massa crítica, o protagonismo de uma parcela de assistentes sociais que foram vanguardas deste processo e a contribuição dos “novos” estudantes do curso de Serviço Social, por adentrarem com uma nova perspectiva e influências ideopolíticas mais progressistas (NETTO, 2004 apud GONÇALVES e DAMASCENO, 2016, p. 275).

Em meio a essas mudanças, é necessário lembrar que o período era de forte repressão do regime militar. Diante da violência e das tentativas de emudecer os sujeitos daquela sociedade, os assistentes sociais agiam e refletiam ousadamente, repensando qual era o real objetivo de sua profissão naquele cenário e dos que estavam por vir. Com atos de resistência e militância política, a profissão deu um “salto”, saindo da lógica caritativa em direção à perspectiva do direito. Evidentemente que essas mudanças não se deram de um instante para outro, porém, foi um processo gestado no período ditatorial.

Em que pese as significativas mudanças provocadas pelo momento em que se deu a perspectiva renovadora, o lastro conservador não foi erradicado no Serviço Social. Netto (1998, p. 202) salienta que esta perspectiva,

[...] explorou particularmente seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a ‘modernização conservadora’ colocou ao exercício profissional. Só este fato, tomado com as suas implicações na redefinição do perfil profissional do assistente social, tornava difícil uma recuperação mecânica e imediata do conservantismo tradicional da profissão.

Com base nisso, José Paulo Netto (1998, p. 203) traz a necessidade da laicização profissional e a “erosão do *ethos* profissional conservador” para, então, reatualizar o conservadorismo, o trazendo para uma nova proposta da profissão. Sendo outro pilar que constituiu o Movimento de Reconceituação, a reatualização do conservadorismo vai de encontro com o rompimento do conservadorismo na sociedade e na profissão, tendo como horizonte um projeto societário emancipatório. Netto (1998) traz que esta perspectiva, em sua origem, ainda carregava traços conservadores no que se refere à intervenção do Serviço Social, a qual era voltada à ideia de ajuda psicossocial.

No âmbito do Serviço Social, essa vertente priorizou as concepções de pessoa, de diálogo e de transformação, cuja articulação constituía a metodologia proposta por Almeida, que colocava a profissão na alçada da ajuda social. [...] essa perspectiva preservou, por considerável tempo, um cariz emblemático, que procurou sustentar o tradicionalismo no debate profissional. (FAERMANN, 2016, p. 39).

É no período compreendido entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que o Serviço Social passa a articular sua intervenção junto aos movimentos sociais populares, considerando, a partir disso, o entendimento de mobilizações das massas como forma de resistência às imposições do Estado e como meio de reivindicação pela garantia dos direitos sociais. Nas palavras de Faleiros (2010), o assistente social junta-se a esses movimentos sociais a partir de sua ‘assessoria política’ voltada para a contribuição e legitimação das lutas que estavam sendo travadas.

Uma parte do Serviço Social crítico, nos anos 80, veio a assumir uma identidade completa com os movimentos sociais, passando a funcionar, de fato, como um assessor político desses movimentos, tendo como objeto não mudar o comportamento ou o meio, mas contribuir para organização e mobilização social nas lutas específicas, seja por creches ou por direitos sociais, seja na luta mais geral para derrotar o capitalismo. (FALEIROS, 2010, p. 18-19).

Neste ínterim e no mesmo espaço de tempo, ocorre o que Netto (1998) denominou de intenção de ruptura com o Serviço Social conservador, que se caracteriza como o terceiro pilar do Movimento de Reconceituação. Faermann (2016) indica que esta direção buscou romper com o Serviço Social tradicional e construir uma proposta profissional de base marxista. Ainda vivenciando os reflexos da ditadura militar, os assistentes sociais da época aproximaram-se da ideologia marxista através dos movimentos sociais e a resistência ao período militar. Desta forma, com base em Assumpção e Carrapeiro (2014), o Serviço Social brasileiro passa a considerar e compreender a noção de classes sociais, historicidade e transformação da realidade.

[...] a incidência do projeto de ruptura, a partir do segundo terço da década de oitenta, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais. (NETTO, 1998, p. 267).

É neste período se consolida a ruptura com o Serviço Social conservador. Battini (2016), diz que assistentes sociais influentes intensificaram discussões e publicações para subsidiar o debate da profissão sob o norte da perspectiva crítica. A categoria profissional aprimora-se para identificar as expressões da Questão Social construindo respostas críticas a elas. A profissão passa a ganhar visibilidade no mercado de trabalho, inserindo-se na lógica trabalhista.

Neste denso e contraditório espectro, ocorre uma síntese do projeto de ruptura e a consolidação do significado social da profissão, assume-se a concepção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e a inscrição do assistente social no mundo do trabalho como trabalhador assalariado [...] (BATTINI, 2016, p. 166).

Nesta mesma época, mais precisamente em 1979, ocorre o emblemático III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS¹⁰), mais conhecido como “Congresso da Virada”. Neste momento, resultado de profundas discussões sobre o trabalho do assistente social, a categoria profissional se fortalece, passando a reconstituir o significado e papel do Serviço Social na cena contemporânea, repensando suas atribuições e intervenções de trabalho. Os movimentos de resistência intensificaram-se e passaram a compor a bagagem política dos assistentes sociais que, com isso, enxergaram a importância da articulação profissional com a classe trabalhadora, no sentido de trabalhar coletivamente com a finalidade da garantia dos direitos sociais.

O III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais [...]. (ABRAMIDES, 2016, p. 465).

Sobre os avanços profissionais dados através do Movimento de Reconceituação, no que se refere ao fazer profissional, Netto (1990 apud Faustini, 1995, p. 26), enfatiza alguns pontos significativos que constituíram este marco histórico da profissão relacionado ao exercício profissional. Em uma ordem cronológica dos fatos, inicialmente o autor traz a

¹⁰ O CBAS é um fórum de reflexão, debate e deliberação da categoria profissional, organizado pelas entidades da formação, do exercício profissional e estudantil da categoria – respectivamente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). (ASSUMPÇÃO; CARRAPEIRO, 2014, p. 110).

existência de um fazer profissional “neutro” que utilizava conceitos da psicologia e sociologia para sistematizar sua prática. Sem o conhecimento da historicidade que permeiam estes conceitos, passou-se a *construir uma crítica a esse fazer*. E com essa crítica, buscou-se pensar a intervenção ultrapassando a dimensão do imediatismo partindo para uma *análise mais ampla das relações cotidianas e societárias*. Em um segundo momento, Netto indica um fazer cuja legitimação era dada e direcionada pela instituição, mas que desvinculou-se desta ótica e passou a estabelecer vínculos com demandas, avaliando a *heterogeneidade de possibilidades dos campos de atuação*. Por fim, o autor traz um fazer atrelado a uma visão de homem e de classes sociais que passou para o *campo do compromisso sócio-político* visando um projeto societário mais justo e eticamente construído.

Entende-se, com isso, que a reconstrução do exercício profissional quanto a sua finalidade, intencionalidade e operacionalização, se deu de maneira processual, seguindo uma lógica histórica-política de acordo, inclusive, com o contexto social da época e as possibilidades que se tinha para construir novas metodologias de trabalho. Nos espaços de trabalho da realidade atual, o arcabouço instrumental dos assistentes sociais, é constituído por técnicas de trabalho como a entrevista, visita domiciliar, grupos com famílias e indivíduos¹¹ que, norteados por uma teoria crítica, possibilitam ao profissional ter uma leitura da realidade social em suas múltiplas dimensões. O exercício do trabalho através destes instrumentais é o que aproxima o assistente social da realidade que o usuário vive, é com eles que o profissional insere-se em determinado contexto para, então, realizar sua intervenção de acordo com as possibilidades que o destinatário de sua ação possui.

A reflexão profissional se desenvolveu em três direções principais: 1) perspectiva modernizadora, que buscava adequar o Serviço Social às exigências sócio-políticas do período ditatorial, inserindo os valores e concepções “tradicionais” em uma nova teoria e metodologia; 2) perspectiva de reatualização do conservadorismo, que teve como base teórico-metodológica a fenomenologia, buscando fundamentar o exercício do Serviço Social na ajuda psicossocial; e 3) perspectiva de intenção de ruptura, que buscava romper com o pensamento conservador e com o reformismo, recorrendo à tradição marxista. Este processo de renovação foi um “movimento cumulativo”, com diferentes momentos de dominância teórico-cultural e ideopolítica, que se entrecruzam e se sobrepõem (NETTO, 2010 apud ASSUMPÇÃO; CARRAPEIRO, 2014, p. 108).

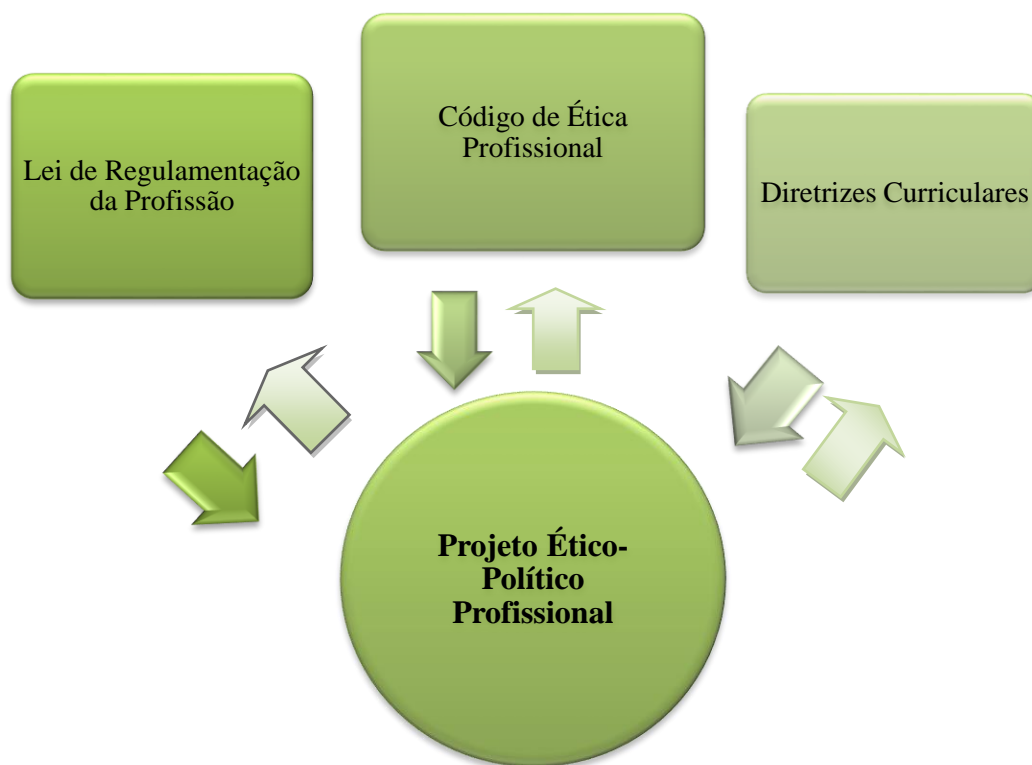
Baseado nas palavras de Cardoso (2016), com a formulação de um pensamento mais crítico com olhares voltados às demandas da classe trabalhadora, tendo como vertente teórica o marxismo, os assistentes sociais passam a compreender a intervenção profissional associada

¹¹ Sobre as técnicas de trabalho, este assunto será discutido mais adiante.

à realidade social, a partir de uma leitura crítica da dinâmica societária enquanto espaço de resistências e contradições. O Movimento de Reconceituação e o Congresso da Virada foram marcos de extrema importância para a categoria profissional que, a partir destes momentos, passou a reconhecer-se enquanto trabalhadores assalariados, inseridos, também, na lógica do capital. A partir da erupção emblemática com o conservadorismo, avança-se, em meados dos anos 1990, para a construção do Projeto Ético-Político profissional que vai nortear e estabelecer diretrizes para o exercício da profissão e a consolidação do Serviço Social através da Lei de Regulamentação da Profissão.

Constituída por marcos significativos que conferiram (e ainda conferem) mudanças fundamentais a profissão, em 1960 emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social logo após, em 1979, o Congresso da Virada que proporcionou novos rumos à profissão e, no ano de 1993, são alterados dois substantivos instrumentais normativos: o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, que são legislações fundamentais que expressam o Projeto Ético-Político Profissional (PEP), além da proposta das Diretrizes Curriculares.

Figura 2 – Componentes Normativos do Projeto Ético-Político



Fonte: Esquema criado pela autora.

Em 07/06/1993 foi sancionada a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão e define com maior precisão as atribuições e competências dos profissionais.

[...] ao definir com maior precisão as atribuições e competências profissionais, contribuiu para inscrever a profissão de Serviço Social em um patamar qualificado no tratamento das expressões da questão social. A partir de então, buscou-se aprofundar, cada vez mais em uma perspectiva crítica e de totalidade, o arsenal teórico-metodológico, ético-político e os instrumentos normativos. (RAMOS; MESQUITA; MADEIRA, 2014, p. 24).

Com a Lei de Regulamentação, o Serviço Social afirmou-se enquanto classe trabalhadora inserida na lógica do trabalho. Determina as condições para o exercício profissional e baliza legalmente o trabalho do assistente social. CFESS (2011a) indica que a Lei de Regulamentação da Profissão dispõe de competências e atribuições privativas do assistente social, ressaltando a obrigatoriedade da formação em Serviço Social para exercer esta profissão e sua vinculação com o Conselho Regional de Serviço Social. A Lei de Regulamentação profissional imprime caráter político à profissão no que tange a luta e garantia dos direitos profissionais como, por exemplo, a lei das 30 horas semanais de trabalho

sem redução salarial, fruto da resistência da categoria profissional. Embora a dimensão deste documento, a normatização e regulamentação do exercício profissional ainda é um processo em construção, principalmente quanto às competências e atribuições privativas do assistente social. A falta de esclarecimento do papel do Serviço Social na sociedade contemporânea faz com que os profissionais reproduzam seu trabalho sem compreender a essência do mesmo, sua intencionalidade. É pela falta de entendimento que muitos trabalhadores realizam atividades que não são de sua competência, indo na contramão do que prevê a Lei de Regulamentação. Entendido isso, é incontestável que o profissional aproprie-se deste documento e aprimore seus conhecimentos sobre sua profissão e o significado dela na realidade social.

As competências profissionais direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento das políticas sociais aos indivíduos sociais e, portanto, sujeitos portadores de direitos. Conseqüentemente para que o profissional possa desenvolver o projeto ético-político profissional em suas dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, torna-se necessário estabelecer uma permanente análise da realidade social que se constitui no solo histórico da formação e do exercício profissionais. (ABRAMIDES, 2006, p. 83).

Seguindo a discussão a respeito dos instrumentos jurídicos que formulam o PEP, o Código de Ética¹² profissional de 1993 (CE), anuncia valores, deveres e direitos dos assistentes sociais quando em exercício profissional. O documento traz princípios éticos fundamentais¹³ que necessariamente precisam estar inseridos na identidade profissional e na sua materialização. Sendo o Código de Ética um documento indiscutivelmente importante para a profissão, é preciso compreensão profissional para torná-lo seu instrumento de trabalho, entendendo-o como documento que aponta diretrizes para o exercício profissional e, ao mesmo tempo, garante suporte legal frente ao cotidiano de trabalho.

Esses princípios, articulados, sustentam a intervenção profissional e, ao serem anunciados e reafirmados tanto na instância institucional, como na relação com os cidadãos usuários do trabalho do assistente social, contribuem para a constituição da identidade profissional. Reforça-se a ideia de que o Código de Ética não é um

¹² [...] “conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional” (BARROCO, 2009, p. 14).

¹³ São 11 (onze) os princípios do código que tratam sobre: reconhecimento da liberdade; defesa dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania; defesa da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; garantia do pluralismo; processo de construção de uma nova ordem societária; articulação com os movimentos de outras categorias profissionais; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população; exercício do Serviço Social sem ser discriminado ou discriminar. (CFESS, 1993, p. 23-24).

manual para ser acionado em determinadas situações, ele deve estar expresso em todas as intervenções de todos os assistentes sociais, portanto, é impensável estruturar um projeto de trabalho sem a sua explicitação. (COUTO, 2009, p. 10).

O Código de Ética do Serviço Social faz parte, também, do processo de ruptura da profissão com o conservadorismo de sua origem. Trazendo novos preceitos e parâmetros, o documento, historicamente, transita da perspectiva conservadora à perspectiva crítica da garantia dos direitos sociais. Essa transição, assim como a profissão em si, se deu processualmente em um contexto de indagações, inquietações e lutas por um repensar do Serviço Social no âmbito legal. Deste modo, é notório que a materialização do Código de Ética ainda é um desafio posto aos profissionais, visto os atravessamentos das instituições de trabalho e o real entendimento da função e importância do documento. É comum ainda presenciarmos teorias e práticas profissionais que aludem aos ideais passados, sem compreender a dimensão do exercício de trabalho voltado à lógica garantidora de direitos e de enfrentamento às iniquidades geradas pelo sistema capitalista. Com isso, entende-se a necessidade de aprofundamento teórico e crítico sobre os documentos-bases que norteiam a ação profissional, no sentido da construção de uma visão de mundo pautada na ética e de aperfeiçoamento técnico para a intervenção profissional.

Além da Lei de Regulamentação profissional e do Código de Ética, bases legais que sustentam a profissão, as Diretrizes Curriculares também compõe o tripé do PEP. De acordo com Iamamoto (2001), elaboradas e aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a nova proposta de currículo estrutura-se em núcleos temáticos que se desdobram em disciplinas para o curso de graduação em Serviço Social e articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessário à qualificação profissional dos assistentes sociais.

O primeiro núcleo – *fundamentos teórico-metodológicos da vida social* – indica ser necessário ao assistente social o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social [...]. O segundo núcleo – *fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* – remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação [...]. O terceiro núcleo – *fundamentos do trabalho profissional* – compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho [...]. (IAMAMOTO, 2001, p. 72).

Frente ao novo conceito da profissão construído pelos assistentes sociais, a mudança é fundamental, também, no modelo de formação proposto e executado até então pelo Serviço Social. De acordo com Abramides (2006, p. 78), “a nova lógica curricular organizada em núcleos de fundamentação pretende superar a fragmentação e a pulverização dos conteúdos

desdobrados em áreas de conhecimento, a partir de uma concepção da totalidade histórica”. Trazendo para a realidade universitária atual, as disciplinas curriculares caracterizam-se por esta lógica, com o intuito de uma formação não fragmentada e setorializada, entendendo a indissociabilidade do Serviço Social com outras áreas do conhecimento que, por sua vez, estão relacionadas, inclusive, com a emergência da profissão como, por exemplo, a Sociologia e a Formação Sócio-Histórica do Brasil.

As diretrizes curriculares de 1996, segundo Abramides (2006), buscam *efetivar a direção estratégica da profissão*, ou seja, que o currículo acadêmico subsidie os futuros profissionais a ter uma leitura crítica da realidade social e a traçar estratégias propositivas capazes de mediar política, teórica e eticamente, o projeto profissional articulado com as conformações da conjuntura social e com a realidade dos espaços sócio-ocupacionais.

Todo o empenho foi dirigido no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, em um marco demográfico, da questão social potenciada pela ditadura, sejam pelas exigências intelectuais que a massa crítica em acumulação poderia atender (NETTO, 1999 apud SILVA, 2010, p. 59).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) tem como pressuposto fundamental compreender crítica e dialeticamente a constituição da realidade social e suas implicações no cotidiano dos sujeitos, construindo e reconstruindo estratégias de trabalho voltadas à luta e garantia dos direitos sociais para, com isso, promover a conformação de uma nova ordem societária baseada na equidade e justiça social. Apesar dessa ideia de transformação processualmente construída pela profissão, é necessário problematizarmos e refletirmos sobre as condições objetivas e subjetivas existentes para a consolidação deste projeto. Conforme a ideia de Forti e Coelho (2015), o projeto profissional depende de recursos objetivos e subjetivos, isto é, das condições de trabalho, da competência profissional e da direção social assumida na realização das atividades cotidianas.

[...] as dificuldades de realização do PEP são de duas ordens. A primeira, de natureza material-concreta: o mundo burguês e seu modo de ser, sua estrutura e dinâmica [...], a ideologia dominante e a correlação de forças sociais [...]. A segunda, de ordem teórico-intelectual, necessitando o desvelamento de ideologia dominante e a formação de um sujeito que seja capaz de interpretar adequadamente os princípios, valores e direção estratégica deste projeto [...]. (GUERRA, 2015, p. 64).

Materializar o PEP ainda é um desafio que está posto aos profissionais e que exige compreensão crítica e meios para concretizá-lo. Dialogando com a citação acima, depreende-

se que as dificuldades, de um lado, são oriundas dos atravessamentos sociais causados pelo reflexo da hegemonia e dominação burguesa, bem como através da correlação de forças entre as classes sociais e, de outro, da construção de consciência crítica pelo próprio assistente social para que seja capaz de decifrar a realidade social que seu trabalho está inserido, formulando estratégias teóricas, éticas e técnicas que confrontem a ideologia dominante, conforme indica Guerra (2015). Entra aqui, também, a discussão sobre as condições de trabalho para concretizar o projeto. O que se vê hoje, em grande maioria, são espaços de trabalho sucateados e precarizados, onde o profissional já não consegue mais identificar seu trabalho enquanto intervenção fundamental para as mudanças societárias. Este profissional é ‘engolido’ pela força de seu trabalho e mergulha na dinâmica institucional formando um processo de alienação que não o permite enxergar as contradições do mundo real. Entretanto é preciso atentar para a não culpabilização do profissional pelos limites que enfrenta, mas sim, questionar sobre o real interesse e entendimento institucional para a consolidação e visibilidade do Serviço Social nos espaços de trabalho, contribuindo, com isso, para a materialização do PEP através de profissionais que são valorizados e entendidos enquanto atores fundamentais para as mudanças societárias.

Trata-se de um projeto profissional construído na trajetória da profissão, em confronto com seu histórico conservadorismo, projeto que tenta claramente romper com ranços conservadores que impregnam a profissão no âmbito de seu significado social e da sua funcionalidade, das ideologias e teorias sociais que a subsidiam, das suas representações e autorrepresentações, dos valores de diferentes extrações que a sustentam, das formas clássicas e tradicionais de intervir na realidade. (GUERRA, 2015, p. 40).

Como de praxe, é necessário resistência e muita luta para que o Projeto Ético-Político exista, persista e resista em todo e qualquer espaço de trabalho e no interior da categoria profissional. Nos movimentos sociais da profissão e de políticas sociais, é preciso que os assistentes sociais carreguem o PEP em sua consciência e façam dele sua ‘bandeira’ e parâmetro para atuação. O PEP se constitui como referência para a profissão e carrega consigo muita história, avanços, além de uma construção contínua e ininterrupta, pois, como se sabe, a luta só acaba quando não existir mais uma sociedade dividida em classes, quando não existir mais desigualdade social. Porém, até que se alcance esse mundo utópico, que o PEP seja o grande balizador profissional e o orientador para que se possam alçar novos vãos.

3. O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO INSERIDA NA DIVISÃO SÓCIO - TÉCNICA DO TRABALHO

3.1 A CONCEPÇÃO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA A PARTIR DA CATEGORIA TRABALHO

Reconceituando-se ao longo das décadas, o Serviço Social coloca-se enquanto profissão que atua diretamente no contexto das classes sociais. Sendo este caráter indiscutível da profissão, que é permeada por implicações políticas e pelos interesses das classes, se faz necessária a compreensão de como a profissão está posta no cenário atual.

Atuando, majoritariamente, no âmbito estatal, Estado este que, aliado ao capital, historicamente, desdenha e invisibiliza os impactos causados pelas expressões sociais que ele mesmo cria, o assistente social coloca-se entre dois pólos distintos: o da luta intransigente pela garantia dos direitos sociais renegados pelo Estado e a exigência da intervenção do Estado, seu principal empregador, para a construção e implementação de políticas sociais. Desta forma, é possível compreendermos a relação do trabalho do assistente social com os anseios das classes que, por sua vez, são antagônicos.

Sobre isso, Yazbek (2009) traz que é possível analisar o trabalho do assistente social sob duas dimensões: objetiva e subjetiva. A respeito da primeira, se refere sobre considerar os determinantes sócio-históricos da profissão em diferentes conjunturas. Já sobre a dimensão subjetiva, significa identificar a forma como o profissional compreende o significado do seu trabalho e a direção social que norteia seu fazer profissional. Com estas dimensões, nega-se a perspectiva unilateral da profissão, considerando as determinações históricas, políticas, econômicas e culturais, bem como a construção da ação profissional, consolida-se a profissão como prática permeada pela conformação societária e pela identidade profissional.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. (YAZBEK, 2009, p. 5).

Com base no esquema abaixo, discutir-se-à sobre como se dá a relação entre o Serviço Social, o Estado e as classes sociais, evidenciando o papel de cada uma nesta relação e as conexões entre os três âmbitos.

Figura 3 – Relação entre Estado, Serviço Social e Classes Sociais



Fonte: Esquema criado pela autora.

Com o que fora trazido é possível construir uma tríade entre *Serviço Social – Estado – classes sociais*, uma vez que o Estado é a instituição central na interlocução da profissão com as classes, é por meio dele que o assistente social, majoritariamente, articula sua intervenção junto à população usuária, a fim de garantir seus direitos através de políticas e serviços oriundos do próprio Estado. Ao mesmo tempo, Serviço Social e classes sociais possuem direito constitucional de intervenção estatal para ter suas demandas atendidas, além de responsabilizar o Estado pela criação e qualificação de políticas públicas que possibilitem o acesso aos direitos sociais.

Ampliando a discussão, pensa-se na tríade *classes sociais – Serviço Social – Estado*, onde o Serviço Social enquanto centro pode servir de “ponte” para diálogo entre as classes e o Estado, assim como o Estado utiliza-se do Serviço Social para “reparar” as iniquidades que seu sistema gera. Através de seu trabalho o assistente social leva a informação para a população, no sentido de orientar e fortalecer para a busca de seus direitos. Enfatiza os órgãos

públicos como principais instâncias que o usuário pode acessar, trabalhando com o intuito de que o sujeito aproprie-se destes espaços e ocupe-os quando for preciso. Por outro lado, por intermédio, principalmente, do Serviço Social, o Estado tenta apaziguar as exigências da população criando estratégias paliativas para amenizar as expressões sociais que ele mesmo gera. Neste fluxo, a profissão se insere na análise, execução e avaliação destas estratégias, e, com autonomia, tenta qualificá-las para que atinjam a todos os que necessitam e repercutam significativas mudanças na realidade social dos usuários.

Pode-se pensar, também, na seguinte conformação desta tríade: *Estado - classes sociais - Serviço Social*. As classes, sendo um dos cerne principais desta discussão, precisa, constitucionalmente, do Estado para atender suas demandas, ao mesmo tempo em que a instituição Estado depende das classes para manter seu sistema. Já para o Serviço Social, as classes são as principais destinatárias de seu trabalho e, sem a existência das classes, a profissão se esgota. Como se sabe, o sistema capitalista engendrado na sociedade é alimentado e realimentado pela força de trabalho da população, extrai de sua produção lucros para que possa se auto-sustentar e continuar a reproduzir sua mesma lógica. Neste meio o assistente social coloca-se como ator principal para intervir na contramão das propostas estatais e garantir os direitos sociais dos sujeitos que, por sua vez, é o ponto central de seu trabalho. Deste modo, não se trata aqui da subordinação do Serviço Social ou das classes sociais ao Estado, mas sim de uma necessidade real de que o poder central cumpra seu papel enquanto detentor dos meios para garantir as necessidades humanas¹⁴ aos sujeitos da sociedade civil.

Como decorrência dessa compreensão da profissão, é possível afirmar o caráter essencialmente político da prática profissional, uma vez que ela se explica no âmbito das próprias relações de poder na sociedade. Caráter que, como vimos, não decorre exclusivamente das intenções do profissional, pois sua intervenção sofre condicionamentos objetivos dos contextos onde atua. No entanto, isso não significa que o assistente social se coloque passivamente diante das situações sociais e políticas que configuram o cotidiano de sua prática, mas porque participa da reprodução da própria vida social é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha. (YAZBEK, 2009, p. 5).

¹⁴ A compreensão de que as necessidades humanas são sociais e, por isso, a sua satisfação é determinante para o pleno desenvolvimento dos cidadãos, é o que sustenta a ideia de que o seu atendimento adequado pertence à esfera dos deveres do Estado; e que as políticas sociais são os instrumentos por meio dos quais as condições possíveis, no capitalismo, para o exercício da autonomia crítica e de agência, devem ser geradas e expandidas para toda a sociedade. Não cabe nessa perspectiva, portanto, nenhuma condição prévia que não aquela do direito de todos a exercerem efetivamente o controle sobre a sua vida e a da sociedade; e essa garantia somente o Estado pode arcar. (JÚNIOR; PEREIRA, 2013, p. 55).

Iamamoto (2001) levanta uma importante discussão sobre a construção da profissão na história do Serviço Social brasileiro. Parte-se da ideia de que a profissão, enquanto especialização do trabalho na sociedade é fruto dos *sujeitos que a constroem e vivenciam*. Sujeitos que conformam a profissão desde sua origem até os dias atuais, cada um com seu saber teórico e prático que contribuem para a construção desta profissão que possui caráter coletivo na criação de seu projeto profissional. Reitera-se que o campo de atuação profissional é a “história da sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 58). A realidade social desafia cotidianamente os profissionais, visto que é atravessada por inúmeras metamorfoses que exigem do assistente social leitura crítica da realidade e a construção de respostas que sustentem as expressões sociais. Para atender às demandas dos sujeitos, é atribuído ao assistente social o papel de decifrar a realidade e, através disso, utilizar-se das políticas sociais públicas ou privadas, ofertadas pelo mercado capitalista, para alcançar o que essa realidade anseia. Neste sentido, o profissional é protagonista em fazer com que as políticas públicas cheguem à população usuária, de modo que, minimamente, contribua para as condições de vida. Em seu livro, Marilda Iamamoto (2001) sabiamente já dizia que “o assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão”.

Neste contexto é imprescindível a discussão do Serviço Social a partir da categoria trabalho, compreendendo-a enquanto profissão que também se insere na lógica do capital refletindo em seu interior a precarização do exercício profissional. Para tanto, com base na teoria crítica de Marx, sobre o Serviço Social enquanto profissão que se constitui através de um processo de trabalho, Wunsch e Mendes (2016) tecem uma importante discussão sobre os elementos constitutivos do processo de trabalho. As autoras indicam os seguintes aspectos: (i) a atividade adequada a um fim, ou seja, o próprio trabalho, ou a força de trabalho que significa a capacidade física e mental do trabalhador ao realizar o trabalho; (ii) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto do trabalho, a matéria prima sobre a qual o trabalhador atua e transforma e (iii) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho, que formam um complexo de coisas que se colocam entre o trabalhador e o objeto de trabalho. Com base nisso, entende-se que o trabalho é um processo formado por dimensões que o caracterizam enquanto atividade que possui um agente transformador, um objeto de trabalho a ser transformado, os meios para realizar esta transformação e o produto final desta cadeia de trabalho. O processo de trabalho é configurado pelo fazer profissional e seu arcabouço metodológico e técnico, aliado às diretrizes da profissão que operam estratégias de trabalho voltadas a garantia dos direitos sociais.

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços. (RAICHELIS, 2011, p. 425-426).

Deste modo compreende-se que o assistente social também pertence à classe trabalhadora e que sofre, inclusive, violação de direitos enquanto profissional assalariado, visto que a precarização dos espaços de trabalho e a subalternização dos trabalhadores que se sentem ameaçados em seus locais de trabalho, favorece que seus direitos trabalhistas, salariais e sociais não sejam garantidos. Entendido isso, o assistente social coloca-se lado a lado da classe trabalhadora que atende. Ainda que o profissional detenha diferentes conhecimentos e possua formação específica, suas condições de trabalho se assemelham às dos outros trabalhadores, o retrocesso trabalhista e previdenciário também atinge o Serviço Social. Com isso entende-se a importância dos movimentos sociais onde o Serviço Social precisa se fazer presente para exigir e reivindicar pelos seus direitos enquanto parte da classe trabalhadora.

Através dos movimentos sociais o assistente social é visto enquanto trabalhador parte do movimento, entretanto, esse também se configura como seu objeto de trabalho, no sentido de legitimar e fortalecer estas manifestações a fim de contribuir na luta pelos direitos sociais. Gentili (1998), refere que o Serviço Social realiza-se em um processo de trabalho que possui como finalidade a inclusão de sujeitos que sofreram a violação de seus direitos à cidadania através de programas e políticas sociais vinculadas a ação estatal ou a setores da sociedade civil (ongs, entidades filantrópicas, sindicatos, etc.).

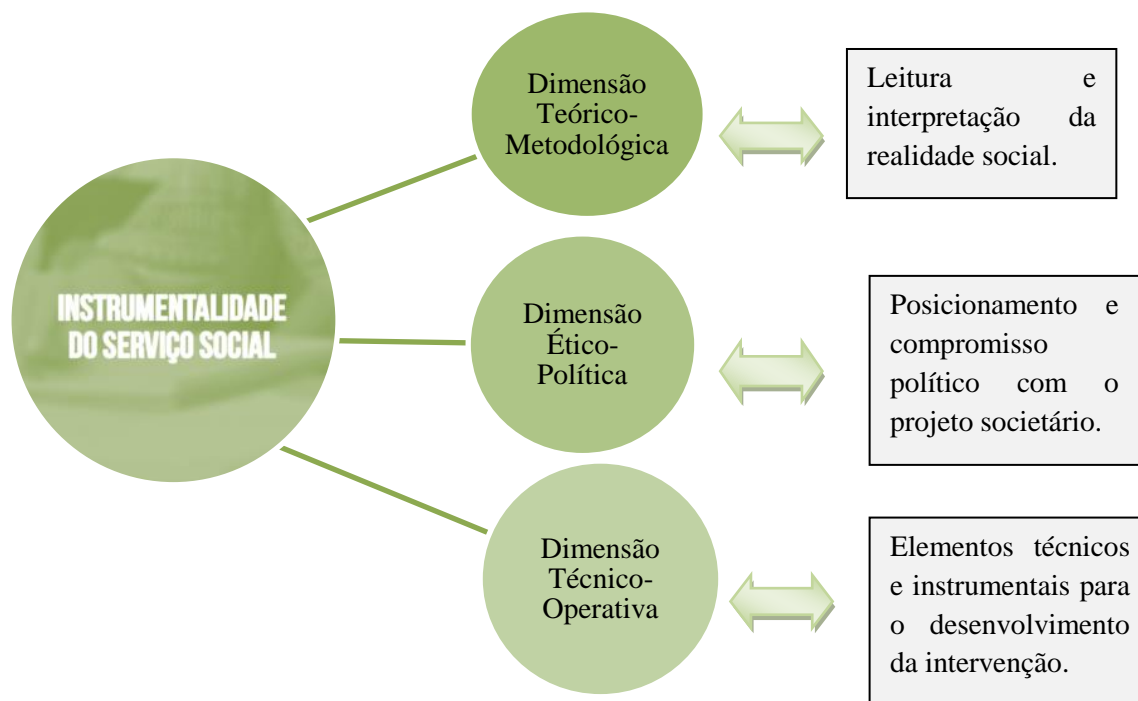
O Serviço Social é uma especialidade profissional dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, cujas funções são compreender a realidade socialmente contextualizada, produzir conhecimento acerca dessa realidade, e, ao mesmo tempo, intervir para transformá-la. O conhecimento e a ação concretizam-se nas políticas sociais, no cotidiano das relações, na melhoria da qualidade de vida, tanto na execução quanto na formulação e planejamento de políticas sociais públicas ou privadas. (SILVA, 2007, p. 37).

Deste modo, a fim de discutir sobre o assunto central do presente capítulo, será trazida à tona a importância das dimensões que sustentam a profissão, com ênfase na dimensão técnico-operativa enquanto parte indissociável das outras dimensões e constitutiva do trabalho profissional. De acordo com Costa (2008), em meados da década de 1980, no interior da profissão, passou-se a discutir e a repensar acerca da história, teoria e método do Serviço Social, ou seja, da instrumentalidade da profissão. Estando a profissão alicerçada em três

dimensões que conduzem o trabalho, sendo elas as dimensões teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa, constrói-se um novo entendimento a respeito da concepção e papel de cada eixo orientador.

Para otimizar a discussão, a seguir será trazida uma figura sobre as dimensões da instrumentalidade do Serviço Social e sua importância para a intervenção do assistente social.

Figura 4 – Dimensões da instrumentalidade do Serviço Social



Esquema criado pela autora. Fonte: Costa (2008).

Tecendo um diálogo com o esquema acima apresentado, cada dimensão possui sua concepção, entretanto todas se relacionam uma com as outras, reforçando a indissociabilidade entre teoria e prática do Serviço Social, negando a ideia de que na prática a teoria é outra.

O assistente social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é condição – o requisito imprescindível – do seu trabalho profissional. (FORTI; GUERRA, 2016, p. 14).

Com base em Costa (2008), em primeiro lugar é preciso ter em mente a distinção entre a dimensão teórico-metodológica e as estratégias para a intervenção profissional. A

perspectiva metodológica não deve ser reduzida a procedimentos e etapas do trabalho, visto que é a partir dela que o profissional lança mão de estratégias e procedimentos para o fazer profissional. O eixo teórico-metodológico vai para além de procedimentos operativos: ele diz respeito ao modo de ler e interpretar a realidade a partir de sua relação com o ser social. “*Uma relação entre o sujeito cognoscente – que busca compreender e desvendar essa sociedade – e o objeto investigado*” [grifo meu] (IAMAMOTO, 1994 apud COSTA, 2008, p. 52). Ou seja, esta dimensão encontra-se diretamente imbricada à forma de explicar a dinâmica da sociedade e os fenômenos particulares que a constituem. A discussão acerca desta concepção refere-se a capacidade de desvendamento da realidade a partir de uma concepção crítica de mundo, trazendo o aparente para o campo do real, compreendendo dialeticamente as múltiplas conformações apresentadas pela sociedade contemporânea.

[...] a capacitação teórico-metodológica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica. (ABESS/CEDEPSS, 1996 apud COSTA, 2008, p 52).

Neste sentido, para que o profissional desvende a realidade para então realizar sua intervenção, é necessário desenvolver a capacidade investigativa do assistente social, investigando as situações concretas postas no cotidiano e revelando as determinações sociais que a imediatividade não traz. Sobre o caráter investigativo da profissão, Guerra (2009, p. 1) traz sobre

[...] a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica.

Salienta-se aqui que o caráter investigativo da profissão não se refere à mera especulação dos fatos, mas sim, ao contrário, significa conhecer, desvendar, interpretar, desmistificar as dimensões que constituem a realidade social, compreendendo sua totalidade e contradições que fazem com que se construa e negue o seu *modus operandi* na sociedade contemporânea. O assistente social precisa ter este entendimento esclarecido a fim de que possa realizar sua intervenção com base nas demandas reais e concretas que a vida apresenta,

apoiando-se em subsídios da própria teoria crítica para compreender dialeticamente as múltiplas dinâmicas que integram a sociedade.

Dando continuidade a discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, segue-se contando com o aporte teórico de Costa (2008, p. 55) a respeito da dimensão ético-política¹⁵. Inicialmente a autora traz a ética enquanto campo filosófico associado a moral, sendo a “ética como filosofia moral e a moral como realização dos valores éticos [...] por outras filosofias a moral refere-se ao indivíduo e a ética à sociedade”.

Na atuação do assistente social compreende-se a ética estritamente relacionada à ética social e com o projeto societário da profissão. A ética deve expressar o compromisso político da categoria com seu respectivo projeto societário, baseado em referências teóricas relacionadas às normas e diretrizes do Código de Ética profissional. Articulado com a ética, o caráter político do Serviço Social remete à história da profissão inserida no contexto de relações entre Estado e sociedade civil, isto é, na luta de classes o caráter político está intrinsecamente relacionado. E é justamente através da concepção política que a profissão denota os traços de luta e resistência para conquistar os direitos sociais para a sociedade civil e para a própria categoria profissional. Iamamoto (2004 apud Costa 2008, p. 56), diz que para desvendar a prática social como condição para a intervenção profissional, é imprescindível o entendimento do sentido ou da natureza política da prática profissional.

A atuação do SS é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade (IAMAMOTO, 2004 apud COSTA, 2008, p. 56).

Ao profissional cabe o dever de compreender criticamente a constituição histórica da profissão, sua construção sócio-política permeada por inúmeros fatores que a fizeram (e ainda fazem) avançar e retroceder no campo da garantia dos direitos. Sobre isso, a dimensão ético-política da profissão volta-se a favor da equidade e justiça social sob a perspectiva da universalização do acesso aos serviços, da ampliação e garantia dos direitos sociais e da

¹⁵ É indissociada da discussão da ética e da moral a eleição dos princípios e valores que vão dar razão aos costumes e ao modo de ser ou modo de viver social. Tem-se, dessa forma, que a liberdade é o valor ético-moral fundamental, sendo esta entendida como capacidade humana de fazer escolhas e valorações. Assim, agir eticamente, em seu sentido mais profundo, é agir com liberdade, é poder escolher conscientemente entre alternativas e valores, com base nas necessidades humano-genéricas. (COSTA, 2008, p. 55).

distribuição equânime da riqueza socialmente produzida. Deste modo, o entendimento do trabalho enquanto profissão voltada para e com a luta da classe trabalhadora é o que imprime significado político e oxigena a categoria profissional a seguir na busca pela efetivação do projeto ético-político e, conseqüentemente, na construção de uma nova ordem societária.

Intrínseco às dimensões teórico-metodológica e ético política, o eixo técnico-operativo subsidia a intervenção do assistente social superando a ideia de que esta dimensão discute unicamente a prática da intervenção profissional. “O instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente” (SARMENTO, 1994 apud FAERMANN, 2014, p. 97). Partindo do pressuposto de que o Serviço Social é sustentado pela teoria social crítica e, através dela, materializa seu trabalho, refuta-se então, o discurso da neutralidade para o exercício profissional. A técnica não pode ser neutra, dado que as intervenções profissionais devem estar alicerçadas em referenciais teóricos e políticos que possibilitem a interpretação da realidade.

A instrumentalidade é fundamentalmente política, na medida em que utiliza táticas e estratégias. Não pode ser neutra e sem matiz ideológica. Elementos técnicos e políticos são determinantes históricos que se mesclam na definição do campo de intervenção da prática profissional. Assim, instrumentos e técnicas são mediações enquanto instância de constituição do nosso fazer, que estabelece uma constante relação entre a leitura da realidade e o projeto social que permite construir um novo grau de consciência crítica do real. (BRANDÃO, 2006, p. 127).

Sendo a dimensão técnico-operativa pensada para além da ideia generalizada sobre “o que fazer” e “como fazer”, inicialmente é preciso refletir sobre o “para que” e “para quem” a ação profissional será direcionada. É necessário análise e interpretação prévias para que seja possível intervir. Com seu aporte teórico e político, o assistente social estuda a realidade social que está inserido, dialeticamente analisa e questiona-se sobre as alternativas de intervenção naquele cenário, com aqueles sujeitos e com as possibilidades que lhe são oferecidas.

Os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade. Quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las. (PRATES, 2003, p. 6).

Um dos desafios postos aos profissionais quando se fala na execução do trabalho, é a capacidade criativa e intencional de utilizar as técnicas já existentes¹⁶ de modo que atinja o

¹⁶ Entende-se que o Serviço Social não dispõe de um conjunto específico e exclusivo de instrumentos e técnicas, mas faz um uso diferencial do instrumental técnico criado pela ciência (sociologia, psicologia, direito,

objetivo proposto, ou de criar novas metodologias que sejam capazes de alcançar a finalidade da ação. A substituição da concepção usada por técnicas e instrumentos que remetem à moral religiosa e católica por instrumentais que desmistifiquem esse caráter e construam a prática social seguindo a perspectiva da ética e da garantia de direitos, é um aspecto a ser alcançado pelo Serviço Social. Como fatores impeditivos, colocam-se o interesse do Estado em garantir programas e serviços que fujam da lógica conservadora, os limites das instituições de trabalho quanto as possibilidade de materializar a intervenção sob esta ótica e a própria visão de mundo do assistente social baseada em seus valores éticos e morais somados à sua formação profissional.

O que se tem visto é um grande hiato entre a teoria apreendida e a prática do trabalho, onde são recorrentes os discursos de que na prática a teoria não se faz visto os atravessamentos da cotidianidade. Mas é justamente neste ínterim que a teoria indissocia-se da prática¹⁷, uma vez que para compreender como se dão estes atravessamentos e contradições, é substancial a apropriação teórica para que respostas sejam dadas às imposições societárias que insistem, permanentemente, desconstruir a natureza pública e de direitos das políticas sociais.

É nessa perspectiva que a qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos éticos e políticos afinados com os interesses coletivos da população usuária requer a requalificação da ação, com suas particularidades e alternativas. Reside aí um dos maiores desafios para que o Assistente Social, a partir da realidade que se apresenta, desenvolva sua capacidade de decifrá-la e de construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos. (BRANDÃO, 2006, p. 146).

Diante da necessidade de intervenção do Serviço Social, amparado pelo seu arsenal técnico, o assistente social deverá fazer uso do instrumento que melhor compreenda a totalidade da demanda trazida e ofereça suporte para a eficácia da intervenção. A qualificação da técnica e a execução da mesma com base nos objetivos e propósitos da prática, além das

antropologia, por exemplo), priorizando aqueles instrumentos, recursos e técnicas que conduzem às suas finalidades e iluminando, permanentemente, o uso da técnica com sua intencionalidade. (COSTA, 2008, p. 59).

¹⁷ É aqui que se encontra a relação possível entre teoria, fins, meios, instrumentos e prática: se a análise da realidade é realizada com base na apreensão da teoria social de Marx, isso possibilitará uma análise crítica da sociedade burguesa, porquanto a intervenção nessa realidade poderá apoderar-se dessa crítica – resguardados os limites impostos por uma prática profissional. Para isso, deve-se optar por instrumentos que não somente contribuam para a solução ou minimização dos “problemas” imediatos postos pelos sujeitos sociais, mas também que contribuam para que os agentes envolvidos tenham uma interpretação aproximada dos fenômenos os quais os envolvem, podendo identificar tais fenômenos como uma totalidade – que é a expressão da questão social refletida nele – de uma totalidade mais complexa, ou seja, a sociedade capitalista. É preciso compreender, assim, que sua situação é um complexo dentro de um complexo maior (SANTOS, 2006, p. 215).

possibilidades disponibilizadas pelo espaço ocupacional, são aspectos que precisam ser considerados para a realização do trabalho.

A escolha do método [técnica] vai depender de alguns critérios, tais como acessibilidade, economia de recursos, precisão, relevância e qualificação do profissional. Acessibilidade é o acesso que se tem à pessoa ou aos documentos. Economia de recursos tem a ver com a condição de trabalho, para a realização da ação que se pretende (tem como ir ao usuário, ou ele vem ao profissional, por exemplo). Precisão quer dizer confiabilidade e validade dos dados. Relevância é escolher as informações mais importantes para o desvendamento da problemática e sua possível “solução” ou encaminhamento, visto que muitas vezes colhemos informações sem utilidade nenhuma. A qualificação do profissional tem a ver com a sua habilidade no manejo dos instrumentos, que deve estar desprovido de seus padrões, preconceitos e tabus, tendo uma postura condizente com os princípios que informam a sua profissão. (AZEVEDO, 2013, p. 327).

O que se percebe hoje são profissionais pragmáticos em suas intervenções. Práticas repetitivas e reforçadoras de estereótipos¹⁸ que, com o tempo, acabam caindo em uma lógica sistemática e imutável. O assistente social, enquanto profissional deveras crítico e questionador, deve agir impulsionando mudanças para o aperfeiçoamento destas técnicas de acordo com as condições oferecidas. Não necessariamente é preciso pensar em estratégias complexas, mas é indispensável trabalhar na requalificação das já existentes, dissecando-as em sua finalidade, justificativa, objetivos, meios e metodologia de ação. Compreendendo-as em sua essência, sobre o que se quer atingir com elas, quais as possibilidades que a instituição possui para colocá-las em prática e como é possível movimentar-se a fim de exigir recursos que aprimore ainda mais a intervenção.

Sobre a prática do trabalho, é importante salientar que os instrumentais precisam ser abrangentes para alcançar o público-alvo. Devem ser pensados, principalmente, considerando a realidade do usuário e seu local de pertencimento, as condições em que vive e as possibilidades para efetivar a ação de acordo com o que está posto em seu cotidiano. Com isso, é essencial a construção de estratégias para e com o usuário, envolvendo-o no planejamento da ação e considerando seus apontamentos, visto que é em sua realidade que a intervenção irá refletir. Deste modo, entende-se que as ações profissionais não são estáticas e precisam ser repensadas e reformuladas para atingir seu objetivo.

Nenhuma prática é um bloco monolítico, impenetrável, sempre há caminhos críticos, vias de superação a serem trilhadas, porém a verdade é que só são encontrados por quem os procura pacientemente, por quem os constrói corajosamente. (MARTINELLI, 1995 apud FAERMANN, 2014, p. 102).

¹⁸ Como, por exemplo, oficinas para as condicionalidades do Programa Bolsa Família que reforçam a lógica da condição em detrimento do direito, ou seja, é uma troca de ações entre a família e o programa.

O assistente social detém dos meios de trabalho para realizar sua intervenção. É através deles que consegue alcançar o objetivo de seu trabalho e formular novas estratégias. É importante sempre lembrar que as concepções ético-política e teórico-metodológica caminham lado a lado com o eixo técnico-operativo. Em nenhum momento descolam-se, visto que, sem elas, a prática se reduz apenas à aplicabilidade dos instrumentos. Enquanto detentor dos instrumentais de trabalho, o profissional responsabiliza-se a utilizá-los com fundamento e finalidade para fins de consolidação desta dimensão a partir dos pressupostos do Projeto Ético-Político.

[...] o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente [...] não é o objeto de trabalho mas o meio de trabalho (MARX, 1982 apud SANTOS, 2006, p. 190).

Santos (2005) traz aspectos necessários para o fortalecimento e consolidação sobre a discussão dos instrumentos e técnicas para a intervenção profissional do assistente social. Primeiramente a autora elenca que é necessário reconhecer que a profissão possui uma dimensão técnico-operativa que necessita de uma base técnico-instrumental e, portanto, de conhecimentos procedimentais. Em seguida traz que é preciso reconhecer que os instrumentais e técnicas possuem o papel de materializar as concepções teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social e que, assim sendo, está ligada intimamente com a finalidade da ação profissional. A autora ainda sugere a importância de reconhecer que o manuseio desta dimensão requer habilidade e criatividade profissional que são dados através da experiência de vida e trajetória profissional. Além de reconhecer que o trato dos instrumentos e técnicas exige compreender o sentido social da ação e o significado da mesma diante da realidade. Por fim, Santos (2005, p. 245) diz que a competência profissional não depende exclusivamente da habilidade no manejo das técnicas e instrumentos, dado que “não é possível ‘corrigir’ uma questão eminentemente política com mera ‘correção técnica’” (IAMAMOTO, 1992 apud SANTOS, 2005, p. 245).

A realidade social requer profissionais que dominem a burocracia estatal, que atendam às necessidades sociais postas pela sociedade burguesa. O reconhecimento das determinações históricas se faz através da leitura crítica da conjuntura social que deve expressar instrumentais capazes de responder as implicações geradas no trato social. A efetivação do trabalho profissional é identificada a partir do processo de intervenção nas relações sociais,

em conjunto com os eixos teórico-metodológico e ético-político, que reflete na materialização do Projeto Ético Político enquanto núcleo central para a construção e consolidação do Serviço Social.

4. ESTÁGIO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

4.1 SITUANDO O ESPAÇO INSTITUCIONAL E AS IMPLICAÇÕES COM A REALIDADE

O processo de graduação se constitui como uma trajetória perpassada por inquietações, indagações e a construção discente de uma nova visão de mundo através das vivências e conhecimentos adquiridos. Como contribuição fundamental para essa construção, a experiência de estágio obrigatório e não-obrigatório em um equipamento que executa a política de assistência social, foi fator principal para o entendimento profundo do que significa ser assistente social e as implicações cotidianas que atravessam essa profissão.

Antes de falar sobre a política em si, é preciso citar que ela está dentro de um sistema maior que possui prerrogativas e diretrizes para sua execução. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma referência para a política de assistência social, para sua consolidação e reafirmação na sociedade enquanto política pública de direitos voltada ao atendimento social a territórios, famílias e indivíduos pertencentes à classe trabalhadora.

SUAS é importante e coloca uma agenda notável e necessária para consolidação dos serviços socioassistenciais. [...] O SUAS, enquanto uma nova referência da política de Assistência Social, é imprescindível. Referencia-nos como modelo de gestão e formulação conceitual. Configura-se enquanto um padrão nacional unificado, orientando e direcionando a gestão e a prestação de serviços para a população. (BRAGA, 2011, p. 145).

O SUAS é o sistema que baliza e sustenta a política de assistência social. Instituído no ano de 2005, enquanto sistema descentralizado e participativo responsável pela gestão da política de assistência social, o SUAS é uma conquista da sociedade brasileira após muita luta e resistência para colocar a assistência social no patamar político desvinculada da concepção assistencialista que antes possuía. O SUAS traz a assistência social para o cenário da garantia dos direitos através de uma política pública não contributiva e do acesso garantido a quem dela necessitar. Mesmo sendo um sistema recente e ainda em construção, é indiscutível considerar que ele trouxe grandes avanços para a assistência social, proporcionando visibilidade e legitimidade da importância de suas ações na sociedade contemporânea. Além disso, antes mesmo da consolidação do SUAS, emergiram documentos e legislações que balizaram legalmente a política de assistência social e imprimiram caráter político e legal à ela. Fala-se dos seguintes documentos: (i) 1988 - Constituição Federal (CF) – assistência social enquanto direito do cidadão e dever do Estado; (ii) 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – assistência social definida como política de Seguridade Social; (iii) 2004 –

Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – documento que normatiza a política e contribui na implementação do SUAS, e, após a consolidação do SUAS, (iv) 2012 – Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS) – que disciplina a gestão pública da assistência social em todo território brasileiro. (Brasil, 2005).

A política de Assistência Social se configura enquanto política social não contributiva e que faz parte do tripé da Seguridade Social¹⁹ juntamente com a saúde e previdência social. “É o mais importante mecanismo público pelo qual são entendidos aos segmentos pauperizados da sociedade, serviços, recursos no sentido de garantir-lhes provimento de necessidades dentro de um patamar qualificado” (YASBEK, 1998 apud CONSTANTINOU; SANTOS; ROCHA, 2002, p. 127).

Pautada em uma visão crítica, Sposati (2004) enfatiza a Assistência Social enquanto proteção que deve operar na prevenção das situações de risco social, defendendo a Assistência Social enquanto política extensiva que ultrapassa os muros domiciliares para chegar até as ruas onde se encontra uma parcela da população. Destaca, ainda, que a política está inserida, em sua integralidade, no campo relacional e social da vida humana, de forma que a Assistência Social deve ofertar a provisão de necessidades fora do mercado, ou seja, sustentadas pelo orçamento público da ação estatal.

A política de assistência social, enquanto meio para viabilizar o acesso aos direitos e serviços, vem passando, neste último ano (2017), por um forte processo de desmonte e desqualificação de seus serviços. Programas e benefícios estão sendo suprimidos, deixando os locais de atendimento em estado de emergência prestes a fechar suas portas, ou a continuar os serviços em condições extremamente precárias sem nenhum tipo de recurso, humano e financeiro, oriundo das instâncias gestoras.

Nesse contexto, no segundo semestre do ano de 2014, percebeu-se a necessidade de aproximação com a realidade do assistente social tal como ela é. Após algumas tentativas frustradas, finalmente iniciou-se o estágio não-obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Centro Sul, localizado na Zona Sul de Porto Alegre. Os CRAS

¹⁹ A aceitação de que uma área de serviço público pertença à função de seguridade social, e nela se ocupe da proteção social a riscos e vulnerabilidades individuais e sociais de forma não contributiva, já é admitida para a política de saúde, inclusive pela saúde coletiva. Todavia, existem ainda resistências em incorporar, sob o mesmo conceito e justificativa, serviços sócio-assistenciais sob caráter público não contributivo como atribuição esta tal de seguridade social, portanto, assegurado de direitos. Às vezes até se admite essa responsabilidade para a instância federal, mas pouco dela se exige para as instâncias estaduais e municipais. (SPOSATI, 2007, p. 440-441).

são instâncias públicas que executam a política de assistência social e, no município de Porto Alegre, são vinculados à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)²⁰ – órgão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), e entendidos como órgãos que fazem parte da Proteção Social Básica (PSB)²¹. Deste modo, o CRAS é um equipamento da proteção social básica e seu papel principal é a prevenção das vulnerabilidades sociais, do rompimento de vínculos sócio-familiares e a viabilização do acesso aos direitos e serviços.

Os serviços que operacionalizam a política de Assistência Social, em sua essência, buscam atuar na prevenção da violação de direitos e no fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. A política se dá enquanto estratégia de proteção social. Sobre isso, Paes-Sousa (2016) indica que a mesma se constitui em um conjunto de políticas ou programas orquestrados pela ação estatal que visam assistir indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade social e que se constitui como uma estratégia de alívio da pobreza e de outras vulnerabilidades sociais.

Durante os dois anos no CRAS Centro Sul (2014 à 2016), viveu-se, nesse processo de estágio, alguns avanços e intensos retrocessos. Presenciou-se movimentos grevistas que impulsionaram os profissionais a buscarem a garantia e qualidade dos serviços que, por sua vez, encontravam-se no ápice do sucateamento. A falta de recursos, o desgaste mental dos trabalhadores e as exigências concretas da população, são características que descrevem a realidade de um CRAS. Em contrapartida a isso, a indignação e luta dos trabalhadores somada à dos usuários, era o que sustentava o CRAS para que continuasse presente e fosse entendido como local indiscutivelmente necessário para o atendimento as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

A realidade de um CRAS é dinâmica e frenética e, no seu interior, são executados serviços voltados ao atendimento social à população no sentido da escuta, acompanhamento e construção de um plano de ação para a superação da vulnerabilidade social. Sendo um dos principais serviços oferecidos pelo CRAS, no qual se esteve inserida, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) atua através do acompanhamento sistemático a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

²⁰ “A Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC é o órgão gestor da Política de Assistência Social no Município de Porto Alegre, responsável pela oferta de serviços, programas e benefícios que promovam a inclusão de cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social”. (FASC/PMPA, 2017).

²¹ “A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Presta atendimento e acompanhamento socioassistencial a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da fragilização de vínculos familiares, da pobreza, ausência de renda e acesso precário ou nulo aos serviços públicos”. (FASC/PMPA, 2017).

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sócio-familiar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS. (Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p. 31).

Este serviço volta-se para o acompanhamento continuado às famílias e indivíduos que demandam uma intervenção mais precisa para fins de superação da vulnerabilidade social. Junto a família ou indivíduo acompanhado, é traçado um plano de ação com possibilidades que atinjam o intuito principal da intervenção. É uma construção horizontal no sentido de envolver o sujeito na formulação do planejamento, considerando suas escolhas e decisões em consonância com o que a realidade do usuário e do próprio serviço oferece.

Através do PAIF foi possível se aproximar das metodologias de intervenção do assistente social, isto é, com a dimensão técnico-operativa da profissão. Como instrumentos, pode-se citar os seguintes: (i) entrevista; (ii) visita domiciliar e institucional; (iii) acolhimento coletivo; (iv) busca ativa; (v) grupos e (vi) oficinas. Contudo, para fins deste trabalho, elegeu-se apenas o instrumento através de grupos, visto que foi onde se desenvolveu todo o período de estágio no CRAS e que suscitou a escolha do tema para o trabalho de conclusão de curso (TCC).

A experiência no CRAS se deu através de um grupo constituído por mulheres acompanhadas pelo PAIF. Estas usuárias (em torno de seis)²² já estavam sendo acompanhadas pelo serviço há um determinado tempo, umas mais e outras menos, porém todas em acompanhamento e com um plano de ação sistematizado. As mulheres ingressaram no grupo por meio de atendimento individual e pontual e, com sucessivos atendimentos e a formação de vínculos com o profissional e as demais usuárias, entendeu-se a importância de incluí-las em acompanhamento em virtude das expressões sociais que viviam em seu território e no âmbito familiar. Os grupos aconteciam semanalmente com duração de 60 (sessenta) minutos nas dependências de uma unidade de saúde que fica no bairro onde todas residem e era mediado por uma assistente social, um psicólogo e uma estagiária de Serviço Social. Com o objetivo principal de trabalhar as expressões sociais e as demandas de uma forma coletiva, o grupo era planejado pelas usuárias que, por vezes, diziam a temática que gostariam de trabalhar e, com

²² Mulheres, mães, avós, esposas, chefes de família. Mulheres brancas e negras, com idade entre 50-75 anos, em situação de vulnerabilidade social (econômica, vínculos familiares frágeis, violência, tráfico de drogas). Algumas com ensino fundamental completo, outras em processo de alfabetização. Renda familiar oriunda do trabalho como diarista, de programas de transferência de renda (Bolsa Família) e de auxílios previdenciários (pensão por morte, aposentadoria).

base nisso, toda semana a estagiária levava temáticas diferentes de acordo com o combinado e com base na realidade que era inerente a elas.

O projeto de intervenção do estágio se deu justamente com esse instrumental. Inquieta diante da maneira como os grupos eram operacionalizados e as temáticas levadas pela assistente social, que não estavam essencialmente voltadas para a lógica da informação e acesso aos direitos sociais, trazia a necessidade de uma intervenção para a construção de uma nova possibilidade para aquele grupo. Para a atuação e contribuição do assistente social nos espaços grupais, o profissional precisa,

[...] buscar elucidar as raízes comuns às demandas que lhes são apresentadas, enfrentando a nuvem de fumaça criada pela ideologia que embaça a realidade, sinalizando as contradições inerentes ao modo que está organizada a sociedade em que vivemos e auxiliando na organização coletiva desses trabalhadores [...] (MOREIRA, 2013, p. 145).

Primeiramente foi preciso aprender o que é grupo, como se constitui, como fazê-lo e sua finalidade. O conhecimento teórico acerca do conceito de grupo foi indispensável para a intervenção. A intervenção com grupo requer estudo, planejamento e ação e, para isso, foi necessário estar apoiada em concepções teóricas sobre finalidades e metodologias para abordagens grupais. Grupo não é apenas uma aglomeração de pessoas que se reúnem para conversar. Grupo é troca, aprendizado, experiência, socialização, reciprocidade. Siqueira (2008) indica que o trabalho com grupos pode trazer resultados mais consistentes, a possibilidade de se vivenciar a cooperação, fortalecendo vínculos entre os membros; pode ser também um caminho para a participação na defesa e conquista de direitos. O trabalho grupal fortalece o usuário enquanto sujeito inserido na coletividade, não o considerando apenas como um ser isolado em suas individualidades, mas sim, enquanto indivíduo permeado por questões coletivas que perpassam suas particularidades. No Serviço Social, presume-se que os grupos possam como objetivo suscitar reflexão crítica sobre temas de interesse dos participantes, abordando situações da realidade empírica do usuário como, por exemplo, território, direitos sociais, questões familiares, além de promover a socialização de informações e a troca de experiência entre os usuários.

Grupo é um instrumento profissional de comunicação oral que envolve um coletivo de pessoas e cujos objetivos costumam gravitar em torno da identificação das demandas que trazem os usuários, o elencamento de prioridades, a coleta de dados, além de propiciar um espaço de reflexão sobre o cotidiano e as formas de enfrentamento das situações apresentadas. [...] Grupo favorece a troca de experiências, onde seus participantes têm maiores possibilidades de vivenciar relações horizontalizadas e mais solidárias. (MAGALHÃES, 2013 apud MOREIRA, 2013, p. 60).

Para realizar a intervenção através do grupo, foi preciso estudar também sobre as direções teóricas que um grupo pode ter. A teoria maior que embasa as ações do trabalho é a teoria social crítica, a qual possibilita melhor leitura da realidade concreta, entretanto, para a execução do grupo em si, compreendeu-se que a perspectiva sócio-educativa, enquanto achado do período de estágio, foi a que mais trouxe subsídios para a discussão de grupo dentro da política de assistência social.

Para trabalhar sob a perspectiva sócio-educativa, é fundamental ter esclarecimento sobre as características que a constitui, percebendo-a em convergência com o modo que as relações sociais estão postas. É necessário, pois, saber utilizá-la através de estratégias que busquem materializar seus pressupostos que estão voltados ao fortalecimento dos sujeitos e construção coletiva de enfrentamento às problemáticas comuns. Deste modo, é preciso cuidado para que a ação profissional não se volte para uma intervenção imposta aos sujeitos, em uma ótica de normalização dos usuários para que, juntos, mobilizem-se e alcancem patamares que, fundamentalmente, são de responsabilidade do poder público, isto é, cautela para não responsabilizar a população por questões que são de caráter governamental. O papel do assistente social neste âmbito é construir perspectivas emancipatórias em conjunto com os usuários para tenham discernimento sobre seu papel enquanto sujeitos de direitos, descolando da ideia conservadora de subalternização dos sujeitos de adaptação ao conhecimento profissional.

[...] as mudanças engendradas pela ação de natureza educativa tanto podem assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moralizar e adaptar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-político-cultural, como podem estar direcionadas ao fortalecimento dos projetos e reivindicações dos sujeitos, contribuindo para novas formas de relações sociais, para a apreensão crítica dos valores ético-políticos, dos modos de pensar e agir que condicionam os sujeitos no capitalismo através da defesa dos direitos, da justiça, da liberdade, da autonomia e da democracia (YAZBEK, 1999; CARDOSO; MACIEL, 2000 apud LIMA, 2006, p. 16).

Com isso, Lima (2006), infere que o trabalho do assistente social pressupõe a presença de uma teoria que determina seus fins e delimita seus métodos, direcionando a leitura da realidade e a escolha dos instrumentos técnico-operativos, o que, por sua vez, implica na direção profissional para uma determinada concepção de realidade que concorde com a prerrogativa do compromisso profissional com a classe trabalhadora sob a perspectiva da transformação social. Neste ínterim, o caráter educativo da ação profissional coloca-se enquanto possibilidade de estabelecer novas relações entre profissionais e usuários, visando a construção do pensamento crítico sobre as desigualdades sociais e estratégias resistentes que sejam capazes de combatê-las.

O trabalho social com famílias na linha da sócio-educação possibilita a construção de um processo reflexivo junto aos usuários a respeito da realidade social em que vivem. Uma ação sócio-educativa é

[...] uma ação com potencial para o fortalecimento de processos emancipatórios [...] contribuir para a formação de uma consciência crítica entre sujeitos, através da apreensão e vivência da realidade, para a construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais entre profissionais e usuários (LIMA; MIOTO, 2011, p. 216-217).

A intervenção sócio-educativa atua na construção da autonomia do sujeito a fim de viabilizar a garantia de seus direitos sociais contribuindo para o fortalecimento de sua cidadania e o reconhecimento de seu papel nas relações familiares e comunitárias. Miotto (2006) destaca que as intervenções sócio-educativas se estruturam a partir de dois pilares: a socialização de informações e o processo reflexivo. A **socialização de informações** se constitui na troca de experiências em grupo, da compreensão de que o que foi vivenciado por um pode ser vivenciado por outro e, portanto, o relato de como foi tal experiência contribui para o enfrentamento das experiências futuras. Quanto ao **processo reflexivo**, é o resultado que a interação grupal pode gerar. Com a troca de experiências o fortalecimento do usuário enquanto unidade, proporciona a construção da consciência crítica e reflexiva de cada um frente às demandas que os atravessam. Mota (2008 apud Eiras, 2012) destaca que nas intervenções sócio-educativas trabalha-se a demanda coletiva, ou seja, a “problemática comum” dos usuários.

Dentro disso é fundamental a reflexão para com os usuários a respeito da coletividade de sua demanda. Compreender que a demanda de um pode ser a demanda do outro e até mesmo de sua comunidade, ou seja, são necessidades comuns entre os sujeitos. Através deste processo educativo informa-se e se fortalece os usuários pela busca de seus direitos sociais e a participação em espaços de controle social como, por exemplo, reuniões do Conselho Local de Saúde, Conferências Regionais da Saúde e da Assistência Social, Comissões Regionais de Assistência Social (CORAS) para que compreendam a importância destas instâncias como locais para reivindicação e questionamento dos serviços.

[...] por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganha mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social. (MIOTO, 2009 apud MOREIRA, 2013, p. 76-77).

O grupo se fez deste modo e, através da dimensão sócio-educativa, foi possível atingir o objetivo de coletivizar as demandas e informar às usuárias sobre como acessar políticas e

serviços que garantam seus direitos sociais. O processo se deu por meio de uma construção coletiva a cada encontro realizado o retorno se deu através da socialização das informações e o acesso mais efetivo às políticas públicas. Foi possível perceber a clareza e entendimento de cada usuária que, com o passar dos grupos, conseguia construir um processo reflexivo sobre suas relações sociais.

A usuária M. foi orientada e encaminhada para ingresso dos netos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), enquanto espaço de proteção e desenvolvimento social da criança e do adolescente. O serviço acontecia dentro das dependências do CRAS e era oferecido no turno inverso ao escolar. Este serviço público materializa o acesso do direito à educação, ao lazer, à alimentação e à convivência comunitária. A usuária percebia a importância deste atendimento às crianças e os impactos que a participação no serviço imprimia nas relações intrafamiliares. (SANTOS, 2016, p. 1).

Com esta vivência, a escolha em pesquisar e debater sobre como se dá a materialização do PAIF nos CRAS de Porto Alegre e qual a clareza que os profissionais possuem a respeito deste serviço, suscitou, em primeiro lugar, da inquestionável e intensa experiência ao estagiar em um espaço tão rico de aprendizados, de vivências, de histórias e, ao mesmo tempo, tão desprovido de reconhecimento e legitimação. Em segundo lugar, das inquietações e questionamentos sobre o real significado do PAIF e a forma como ele estava sendo executado no CRAS onde realizou-se o estágio. Questionou-se, também, a respeito da concepção profissional sobre o que são grupos, qual a finalidade dos mesmos e o papel da profissão naquela intervenção. Pois, entende-se que, tanto o assistente social quanto o psicólogo (profissionais que conduziam o grupo) precisam ter apropriação teórica, ética, política e metodológica sobre grupos mediante uma perspectiva crítica voltada à democratização das informações e a construção da autonomia dos usuários para que possam exigir a garantia de seus direitos, tensionando instâncias onde a participação popular se faz presente.

Sendo assim, no próximo item, tratar-se-à sobre o processo de construção e realização da pesquisa acadêmica sobre o PAIF, enquanto parte constitutiva do TCC.

4.2 A PESQUISA COMO RESPOSTA PARA A PROBLEMATIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL

Vale dizer que ter chegado até este processo de pesquisa não foi nada fácil. Primeiro o processo de construção do projeto de pesquisa, que foi um trabalho difícil de escritas, reescritas e construções para que culminasse em sua aprovação, visando, posteriormente, sua execução nos campos de trabalho. Após, os trâmites legais e burocráticos, que postergaram a execução da pesquisa, foram causando desânimo e pensamentos de que nada daria certo. Entre idas e vindas, ao enviar pela primeira vez a proposta de pesquisa ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia, que retornou com alguns apontamentos, reenviou-se ao Comitê até a aprovação final no mês de abril/2017. Bom, conforme descrito a seguir, ainda tinham mais algumas etapas antes de finalmente executar a pesquisa.

A pesquisa denominada **“O trabalho do assistente social nos CRAS de Porto Alegre: desvendando a dimensão técnico-operativa”** se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, pois, conforme Martinelli (1999, p.21), “[...] esses dados ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem”. Este processo investigativo teve como problema: Como se constitui a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social junto às famílias e indivíduos acompanhados pelo PAIF nos CRAS de Porto Alegre? E ainda como objetivos: Conhecer as estratégias de intervenção do assistente social junto às famílias e indivíduos acompanhados pelo PAIF a fim de identificar se há consonância a partir da política de Assistência Social sob o norte do Projeto Ético-Político. Sendo os específicos: Compreender como se dá a execução do trabalho profissional na política de Assistência Social, a fim de caracterizar a dimensão técnico-operativa no PAIF; Identificar quais são os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais atuantes no PAIF dos CRAS de Porto Alegre com vistas a visualizar as abordagens profissionais; Investigar como é operada a intervenção dos assistentes sociais no PAIF para refletir como se constitui a materialização do Projeto Ético-Político. Para a entrevista, utilizou-se como instrumento um roteiro (APÊNDICE A) de entrevista semi-estruturada, com perguntas abertas e fechadas. Seguindo os preceitos éticos da investigação, as assistentes sociais receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE.

Após a aprovação do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia, a proposta de pesquisa precisou ainda passar pelo Comitê de Pesquisa da FASC, visto que é o órgão gestor dos CRAS de Porto Alegre. Para tal, foram enviados emails, realizadas ligações, feitos documentos, até finalmente conseguir entregar, pessoalmente, a pesquisa à diretoria técnica

da instituição. Ainda, depois, a espera para que fosse aprovada. Novamente fizeram-se ligações e enviaram-se emails tensionando respostas à solicitação para a pesquisa. Foi, finalmente, no mês de maio/2017 que a pesquisa foi aprovada. Seria ótimo se estivesse tudo concluído, mas não! O próximo passo foi contatar os profissionais a serem entrevistados, porém, para isso precisou-se, mais uma vez, esperar o “ok” da FASC. A ideia inicial era apresentar a proposta de pesquisa na reunião de coordenadores dos CRAS que ocorre na própria sede da FASC, mas, considerando a conjuntura atual de desmonte da política assistência social, em destaque dos CRAS, os trabalhadores que possuem vínculo terceirizado com os CRAS, estavam prestes a sair de seu espaço de trabalho em função do término do contrato entre empresa terceirizada e FASC e, com isso, as reuniões estavam suspensas. Sobre esta instituição, o município de Porto Alegre conta com os serviços de 22 (vinte e dois) CRAS que ficam localizados em territórios específicos da cidade.

A conduta tomada foi encaminhar email às coordenações de 6 (seis) CRAS de Porto Alegre, conforme a metodologia proposta pela pesquisa, informando sobre o objetivo da pesquisa e a necessidade de indicação de algum profissional que trabalhasse diretamente no PAIF da instituição. Após muita insistência, considerado tempo de espera e a sensação que não teria tempo hábil para fazer tudo que fora planejado, finalmente em 16/05/17 realizou-se a primeira entrevista com uma assistente social que trabalha no CRAS Santa Rosa. Após essa entrevista continuou-se reenviando emails e fazendo ligações na esperança de que algum profissional pudesse e quisesse acolher a pesquisa. O retorno que se teve de alguns foi que: “devido a situação atual de saída de alguns profissionais e a preocupação de todos sobre o desfecho que a política de assistência social iria ter, seria inviável realizar esta pesquisa com um dos trabalhadores” (SIC). Naquele momento foi bem difícil, foi ruim. Frustrada, esmorecida, desacreditada de quase tudo, estava prestes a desistir. Foi neste momento que, orientada pela FASC, fez-se contato direto com os profissionais estatutários que atuam no PAIF, visto que eles não estavam, no momento, com seus empregos ameaçados.

A partir daí, com o único objetivo de finalizar a pesquisa, escolheu-se (amostra intencional), a partir dos dados apresentados, os possíveis profissionais que pudessem participar da entrevista. Levou-se em consideração a vinculação com a UFRGS como campo de estágio, bem como o interesse da acadêmica em se aproximar de determinado território. Então, quase 10 (dez) dias após a primeira entrevista, mais precisamente em 25/05/17, foram entrevistados dois assistentes sociais: um do CRAS Centro e outra do CRAS Lomba do Pinheiro. Em vista de tudo que estava acontecendo e as dificuldades para materializar o projeto de pesquisa, reconsiderou-se o número de profissionais a serem entrevistados,

decidindo que a análise da pesquisa seria feita com base no que foi possível realizar, refletindo sobre os impasses de não conseguir alcançar o objetivo de entrevistar seis assistentes sociais. Oito dias depois, em 02/06/17, entrevistou-se outra assistente social do CRAS Nordeste, sendo esta a última profissional a ser entrevistada. Deste modo, concluiu-se a pesquisa com 4 (quatro) assistentes sociais entrevistados. As pesquisas realizadas trouxeram subsídios para construir a análise necessária, de forma que ela não se reduzirá somente às respostas dadas, e sim sobre a totalidade dos fatos que envolveram a execução desta pesquisa, costurando-a com a realidade contemporânea.

4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Como forma, também, de compreender as respostas dadas aos questionamentos da pesquisa, a caracterização e análise dos fatores concretos que constituem os sujeitos entrevistados, é importante para subsidiar este debate.

A pesquisa foi composta por 4 (quatro) sujeitos entrevistados, sendo eles, 3 (*três*) *mulheres* e 1 (*um*) *homem*. Os profissionais possuem idade de 28, 42, 56 e 59 anos, o que infere a experiência pessoal e profissional em contextos históricos diversos. Três deles viveram no período mais dramático da história brasileira que foi a ditadura, enquanto um não vivenciou esta época. Os movimentos históricos da profissão, como o Movimento de Reconceituação, Congresso da Virada, a criação dos documentos normativos da profissão, foram vivenciados pela maioria dos sujeitos entrevistados. Esta contextualização faz sentido quando se pensa que as vivências pessoais e profissionais em determinadas épocas, contribuem para a constituição da pessoa e do profissional. Os fatores históricos, de maneira nenhuma, estão descolados do período atual, isto é, o entendimento sobre a realidade e as condutas de trabalho são reflexos do que o profissional se constitui enquanto ser social e histórico.

Os CRAS que tiveram seus sujeitos entrevistados foram os das seguintes regiões: Santa Rosa, Centro, Lomba do Pinheiro e Nordeste. 3 *profissionais estão em suas instituições de trabalho há menos de 2 (dois) anos e 1 trabalha no local há 7 (sete) anos*. O tempo de trabalho na instituição também é fator passível para fins de análise desta pesquisa. Estar pouco tempo inserido em determinada realidade, pode suscitar o entendimento de que aquele profissional ainda não se apropriou de todas as complexidades que envolvem a realidade do espaço. Porém, é preciso atentar para não generalizar esta análise, visto que, o pouco tempo de inserção na política de assistência social, não justifica as respostas dadas no momento da entrevista.

Todos os profissionais de Serviço Social têm o dever primordial de agir, unicamente, em consonância com os pressupostos do Código de Ética e das diretrizes fundamentais do PEP. Quer se dizer que, é fundamental o esclarecimento profissional sobre o seu papel naquele espaço de trabalho, independente do tempo que lá se encontra. É preciso clareza sobre a política pública na qual se insere para que então possa construir seu plano de trabalho. As respostas dadas materializam essa discussão e reforçam que o tempo de trabalho em determinado espaço, nem sempre é justificativa para algumas condutas. Por outro lado, estar há muito tempo em um mesmo local pode gerar dois pólos distintos: indiscutível clareza sobre o seu papel naquele espaço ou a institucionalização e a intervenção através de uma prática repetitiva.

Nesta pesquisa, o sujeito se colocou para o pólo da clareza sobre seu trabalho e apropriação sobre a política pública na qual se insere. Deste modo, o tempo de trabalho significa muito para compreensão de alguns discursos e práticas profissionais, porém não é fator determinante para concluir a competência e entendimento do seu próprio trabalho.

Todos os entrevistados concluíram o curso de graduação em universidades do Rio Grande do Sul, sendo que 2 (dois) estudaram na *Unisinos* – Universidade do Vale dos Sinos – nos anos de 1993 e 1999; 1 (um) na *PUC* – Pontifícia Universidade Católica – em 2010 e 1 (um) na *Ulbra* – Universidade Luterana do Brasil – em 2012. Cada instituição possui sua modalidade de ensino e vertente teórica transmitida aos alunos. O aprendizado adquirido durante a graduação reflete no espaço de trabalho, a direção teórica que o profissional compreende é fruto do ensino que teve no âmbito universitário, somada às concepções de mundo que o próprio sujeito possui. Contudo, é importante dizer que a vivência enquanto assistente social é o que mobiliza o profissional a se auto-questionar sobre sua atuação naquele espaço, relaciona o aprendido na academia com a realidade empírica, compreendendo que não estão indissociadas e que são passíveis de questionamentos. O ano de conclusão do curso também explica o ensino que os profissionais tiveram.

As diretrizes curriculares do Serviço Social emergiram em 1996, sendo assim pelo menos um dos profissionais não viveu a reforma do currículo para concepções que subsidiassem aos alunos uma leitura crítica da realidade social que estavam inseridos e na qual futuramente iriam intervir. Antes da reforma curricular, de acordo com Iamamoto (2014, p. 615), em meados da década de 1980, no âmbito acadêmico é discutido amplamente sobre os fundamentos do Serviço Social brasileiro já inspirado na teoria social crítica, isto é, passou-se a pensar o ensino em Serviço Social sob uma ótica contrária à visão conservadora. Os outros sujeitos tiveram suas formações concluídas em diferentes anos e contextos

históricos. As formações nos anos 2010 já tinham a perspectiva crítica como fundamento teórico para o ensino e, portanto, visavam a formação de assistentes sociais voltados para esta direção teórica. Contudo, mais uma vez é preciso cuidar para não atribuir a ação profissional exclusivamente à modalidade de ensino, uma vez que, um profissional graduado nos anos 1990 pode ter mais clareza sobre a profissão e a política pública do que um profissional que concluiu o curso nos anos 2010. Deste modo, a análise precisa ser feita na totalidade, não considerando as características como fatores isolados e que sozinhos determinam quem é o profissional e seu entendimento sobre a profissão.

Dos quatro profissionais entrevistados, *3 possuíam especialização na área da saúde pública/coletiva e 1 ainda não possuía* esta formação, porém estava em busca da mesma. Em vista disso, salienta-se a importância da educação permanente como forma de qualificar-se enquanto assistente social e ir para além do que é oferecido pela graduação. Mesmo que cursos e especializações tenham sua devida importância para a profissão, é no espaço de trabalho e na convivência com os demais que esta construção se realiza.

Em que pese a importância da formação profissional e a vigilância contínua e crítica junto à mesma, é necessário ter cuidado para não depositarmos nossas crenças de que a legitimação da profissão está somente no equacionamento de políticas de capacitação. Mais do que isso, suscita-se a necessidade de repensar as condições de trabalho dos Assistentes Sociais, pois políticas de formação de trabalhadores adquirem sentido quando acompanhadas de políticas de qualificação dos espaços socioocupacionais e suas condições. (FERNANDES, 2007, p. 213).

Assim sendo, a educação permanente é uma possibilidade de enriquecimento do trabalho através da troca de saberes, da vivência com outros profissionais e com os próprios usuários, da reflexão e questionamento diário sobre seu cotidiano de trabalho, sem desconsiderar, evidentemente, a qualificação através de especializações, residência multiprofissional, cursos, que contribuam para a construção de uma problematização sobre o Serviço Social.

A pesquisa realizada buscou responder ao seguinte *problema*: Como se constitui a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social junto às famílias e indivíduos acompanhados pelo PAIF nos CRAS de Porto Alegre?

Como *questões norteadoras* para o estudo fizeram-se as seguintes indagações:

- ✓ Qual a concepção do trabalho do assistente social sobre a operacionalização do PAIF nos CRAS de Porto Alegre?

- ✓ Quais as estratégias técnico-operativas utilizadas pelos assistentes sociais na intervenção com as famílias e indivíduos acompanhados pelo PAIF?
- ✓ Como os assistentes sociais identificam a materialização de seu trabalho junto às famílias e indivíduos acompanhados pelo PAIF?

Portanto, para fins de discussão, a análise será feita a partir de 3 (três) categorias teóricas que caracterizam os questionamentos realizados, sendo então as seguintes categorias: (i) *política de assistência social e PAIF*; (ii) *dimensão técnico-operativa*; (iii) *trabalho profissional do assistente social*. A análise da pesquisa se dará desta forma para uma melhor compreensão sobre a temática a ser tratada.

Política de Assistência Social e PAIF

A análise da pesquisa deste item, já começa também a partir da análise deste contexto, uma vez que a política pública está passando por um momento crítico de retrocessos no que se refere aos direitos sociais, e também nós do Serviço Social precisamos estar atentos àquilo que é requisitado para a profissão.

A assistência social não é prioridade do Governo. Está acontecendo um abandono à comunidade, inclusive por parte da própria FASC. A assistência social está se tornando uma política arraigada e de governo, que está querendo **retroceder a política como prática de caridade**. (Fala da assistente social 1).

Ao analisarmos a fala dos assistentes sociais percebemos o contexto traduzido da política pública de assistência social no início do século passado à medida que a mesma era concebida de forma assistencialista, vinculada a igreja, como única instituição capaz de solucionar os problemas sociais. As Encíclicas Papais propunham a defesa da criação de instituições caridosas que pudessem proporcionar o bem estar aos pobres através de ações conservadoras de ordem moral.

[...] nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento. (YAZBEK, 2009, p. 8).

Nesta perspectiva a concepção de direito social trazida pela Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social, se desloca para a concepção de ajuda aos necessitados, conforme a fala do profissional 3: *retorno dos segmentos religiosos e do voluntariado*. Com isso é possível retornar a discussão da assistência social enquanto prática de caridade e favor, onde, o cenário atual está retrocedendo a esta lógica, reforçando o caráter da filantropia em detrimento da concepção de direitos. Em outras palavras, de acordo com a fala de 3 profissionais, o que está ocorrendo é o *desmonte, desqualificação e precarização da política e dos serviços sociais*. Inere-se das falas dos profissionais importante esclarecimento político a respeito da conjuntura atual da sociedade capitalista e do cenário que a política de assistência social se insere.

Entrevistar profissionais que estão imersos em uma política extremamente importante como a política de assistência social, permite provocar reflexões sobre o que se pretende com essa política e quais os rumos que estão querendo dar a ela, no sentido de compreender seu papel enquanto assistente social em meio a este contexto. Vivenciando o desmonte da política de assistência social questionar-se sobre seu trabalho é um desafio posto aos profissionais, que requerem compreensão sobre o objeto de seu trabalho e como ele está colocado na atual conjuntura. No campo das políticas sociais, em especial na política de assistência social,

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes sócio-econômicos e culturais das desigualdades sociais (CFESS, 2011b, p. 18).

Os tempos são difíceis e o primeiro movimento que precisa ser realizado é esta reflexão sobre os processos que rodeiam e implicam diretamente o cotidiano de trabalho. A realidade da assistência social exige profissionais que compreendam que esta estrutura social que está posta é passível de mudanças para que a política alcance seu principal objetivo, no que se refere à garantia dos direitos sociais.

Reconhecido enquanto serviço principal da política de assistência social dentro de um CRAS, o PAIF²³ trabalha voltado para a perspectiva da garantia dos direitos e do fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, através de um plano sistemático de acompanhamento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O assistente social, por sua vez, atua diretamente no planejamento, execução e avaliação deste serviço no seu espaço de trabalho, o CRAS. Sendo este um campo de atuação do assistente social, a

²³ Para maiores informações a respeito deste programa, vide as páginas 57 e 58 deste trabalho.

realidade deste serviço requer que o profissional detenha conhecimento e compreensão crítica a respeito de seus objetivos e finalidades e, a partir disso, construa sua intervenção com base nos pressupostos éticos e técnicos que o serviço aponta.

O trabalho no PAIF é super importante, pois trabalha a escuta, o afeto e fortalece os vínculos. (Fala da assistente social 1).

O trabalho no PAIF é muito importante para a vida da população. (Fala do assistente social 2).

O trabalho no PAIF é uma rede de apoio, de amizade, de inserção. Traz um espaço onde o usuário possa falar. (Fala da assistente social 3).

O trabalho no PAIF é fundamental, pois possibilita o abrandamento das demandas sociais. Percebe-se a importância do PAIF na complexidade das demandas trazidas. (Fala da assistente social 4).

Percebe-se, então, que a importância do PAIF é entendida por praticamente todos os profissionais. O PAIF trabalha com sujeitos em situação de vulnerabilidade social com vistas a garantia de seus direitos e, quando a profissional 1 indica o PAIF como serviço capaz de promover o *afeto* entre seus sujeitos, questiona-se qual a direção dada ao serviço e o que é transmitido aos usuários a respeito do mesmo. Em que momento e de que forma o sentimento de afeto possibilita a efetivação dos direitos? É preciso atentar que não se fala aqui sobre repúdio a esta concepção, porém, os direitos são concretos e precisam de luta e resistência para que sejam garantidos, de forma que alcancem a realidade social do sujeito. E, conforme a profissional 4, o *abrandamento das demandas sociais*, o PAIF é parte intrínseca da política de assistência social e precisa ser entendido enquanto serviço indispensável para a materialização da mesma. Deste modo, quando questionado sobre a importância do PAIF para o próprio entrevistado, a profissional 4, traz que:

O PAIF é um meio para **materialização do SUAS**. (Fala da assistente social 4).

Infere-se desta fala clareza abrangente do que é o PAIF. O profissional não deve pensar a importância do serviço para si, e sim, sem dúvidas, para o alvo da ação, ou seja, para

o usuário que utiliza este serviço de atendimento. Dois profissionais indicam que o PAIF é importante, pois é realizado através de um *atendimento sistemático e não individual*. Isto é fato, porém, os objetivos do PAIF não se reduzem a realizar um atendimento continuado e de longo prazo, transcendem estes limites colocados.

Os objetivos do PAIF são os seguintes: (i) fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos sejam estes familiares ou comunitários, contribuindo para melhoria da qualidade de vida nos territórios; (ii) promover aquisições materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades; (iii) promover acessos à rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistenciais; (iv) promover acessos aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos; (v) apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2012, p. 15).

Sendo o principal serviço executado pela política de assistência social na PSB, o PAIF imprime visibilidade aos CRAS, contudo, ainda é visto e operacionalizado de maneira equivocada que, por vezes, não consegue alcançar o produto final do trabalho. No atendimento social às famílias e indivíduos, é preciso renunciar a lógica de subalternização dos sujeitos que os coloca em um patamar de “coitadismo” e de culpabilização.

[...] os conceitos de vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re)produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 50).

Berenice Couto (2010b) sabiamente afirma que colocar a política de assistência social no campo do direito, é tarefa de toda sociedade, que, nos marcos do capitalismo, deve travar uma disputa para a ampliação dos investimentos e enfrentamento dos impactos causados pela exploração do capital. Deste modo, a política de assistência social se afirmará enquanto direito social, através da participação popular e da intervenção estatal. Cotidianamente a política de assistência social precisa se reafirmar, resistir, tensionar para que seja cada vez mais reconhecida e qualificada. A conjuntura social requisita uma política que seja capaz de responder às expressões sociais, no sentido da consolidação e garantia dos direitos sociais através da construção de uma estrutura social baseada na justiça e na igualdade.

Sobre os usuários, é fundamental fomentar sua inserção neste contexto a fim de que compreendam sua importância neste processo da garantia de direitos, reforçando a não culpabilização dos sujeitos frente às expressões sociais. Aos assistentes sociais é requisitada

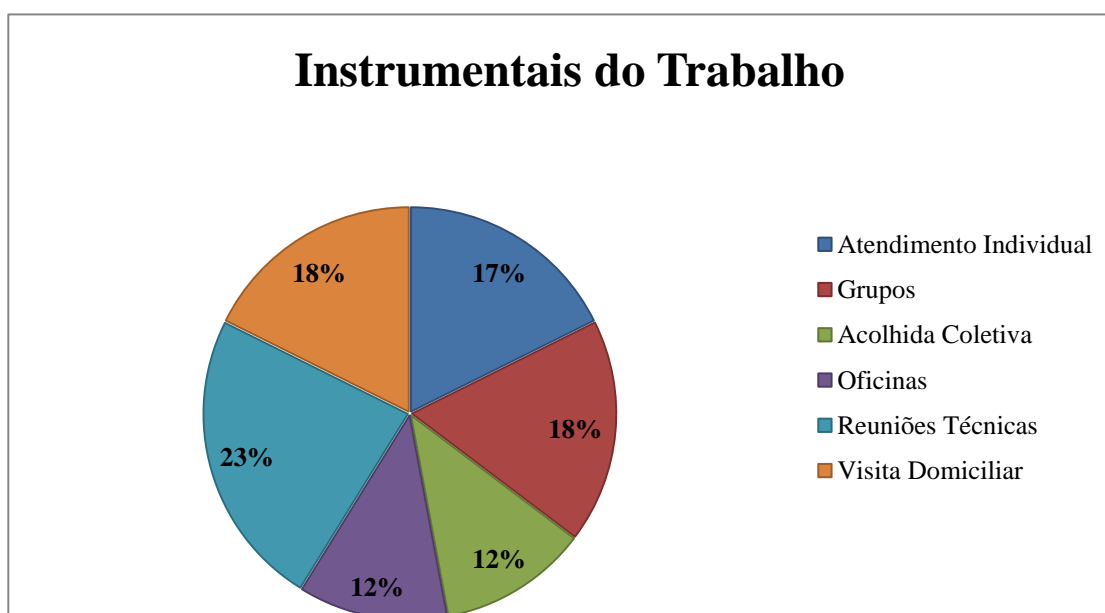
compreensão crítica sobre a dinâmica social que se inserem e os atravessamentos colocados por ela. É imprescindível considerar que a realidade social dos usuários também sofre os reflexos desses atravessamentos, e, portanto, demanda a intervenção de profissionais capazes de compreender a realidade sob a ótica da totalidade, negando a centralidade nos sujeitos como responsáveis pelas expressões sociais que vivem.

É necessário, pois, reconhecer a população usuária enquanto sujeitos capazes de construir uma reflexão crítica diante de sua realidade social, de construir, junto com o próprio assistente social, novas possibilidades para o enfrentamento das refrações sociais que conformam seu cotidiano.

Dimensão Técnico-Operativa

A vertente técnico-operativa trata sobre os instrumentos utilizados pelos profissionais a partir do reconhecimento e compreensão do contexto social com o qual trabalham, com a intenção de transformação da realidade. Sobre os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais no PAIF, os entrevistados destacaram seu fazer profissional através de reuniões técnicas (4); atendimento individual (3); oficinas (3); grupos (3); visitas domiciliares (3); acolhidas coletivas (2),. Percebeu-se que os profissionais possuem aporte técnico-operativo para materializar seu trabalho, contudo, indaga-se a respeito da intencionalidade e direção teórica atribuída à intervenção.

Gráfico 1 – Instrumentais do trabalho profissional



Esquema criado pela autora, com base nas respostas dos profissionais entrevistados.

Com relação aos grupos e oficinas, cada profissional traz elementos e direções diferentes para sua ação, de acordo com o público-alvo da intervenção. No que se refere ao **atendimento em grupo**, instrumento discutido neste trabalho, os profissionais entrevistados indicam que o trabalho em grupo:

É um trabalho gratificante que deveria ser trabalhado na faculdade. (Fala da assistente social 1).

Possibilidade de se reconhecer no outro e de enxergar que seus problemas e problemáticas não são singulares (Fala da assistente social 3).

Possibilita que o usuário saia com as informações que necessita e que seu direito seja viabilizado. É um momento de construção conjunta que serve para aprimorar nosso trabalho e a política de Assistência Social (Fala da assistente social 4).

Em seu espaço de trabalho, cada profissional executa os grupos através de um determinado enfoque. A profissional 1 relata que os grupos são trabalhados com a perspectiva do *desenvolvimento*, onde demandas familiares são discutidas; já a profissional 3, indica que os grupos são de *desenvolvimento* (possui enfoque “terapêutico” para famílias com maior vulnerabilidade social) e grupos de *convivência* (voltados para famílias que superaram a situação de vulnerabilidade social); de acordo com a profissional 4, os grupos são denominados *grupos de família*, onde acontece um acompanhamento sistemático para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Dialogando com as diferentes direções atribuídas ao acompanhamento grupal, questiona-se sobre a finalidade da intervenção a partir do entendimento de grupo enquanto espaço de reflexão, troca de conhecimento e informação sobre o acesso aos direitos sociais. Ao se trabalhar com grupos sob um viés “terapêutico” é preciso cuidado para que não se caia na lógica psicologizante de “tratamento” dos usuários. Trindade (2001) indica que os grupos com abordagem terapêutica remetem ao Serviço Social de Grupos que, em meados dos anos 1950, sofreram influência da Psicologia e da Psicanálise. A profissional não deixa claro como exatamente executa este grupo, porém, a partir da nomenclatura, infere-se que pode estar voltado para uma concepção divergente da que o Serviço Social crítico pressupõe.

A relevância dada às estratégias coletivas de intervenção deve-se ao reconhecimento da efetividade da dinâmica grupal, da possibilidade mais significativa de desenvolver processos sociais a partir de identificações entre sujeitos que vivenciam situações similares, de fortalecer alternativas de organização e enfrentamento conjunto, de possibilitar processos de mútua ajuda, partilha de sofrimentos e estratégias de superação, cooperação, solidariedade, veiculação de informações (PRATES, 2003, p. 3).

Neste sentido, de acordo com CFESS (2011b), o uso das técnicas e estratégias não deve contrariar os objetivos e competências profissionais, isto é, não devem ser utilizados sob a perspectiva da homogeneização social, psicologização dos atendimentos individuais e das relações sociais, nem se destinar ao fortalecimento de vivências e troca afetivas em uma ótica subjetivista. Deste modo, destaca-se a dimensão sócio-educativa como possibilidade de direcionamento dos grupos através de um viés crítico e de totalidade dos sujeitos. De acordo com Mito (2006), a perspectiva da sócio-educação possibilita o compartilhamento de informações e a construção de um processo reflexivo pelo próprio usuário.

O trabalho profissional é, pois, parte do trabalho coletivo produzido pelo conjunto da sociedade, operando a prestação de serviços sociais que atendem a necessidades sociais e realizando, nesse processo, práticas sócio-educativas, de caráter político-ideológico, que interferem no processo de reprodução de condições de vida de grandes segmentos populacionais alvos das políticas sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 21).

A sócio-educação possibilita a troca entre os usuários a partir da coletivização das demandas, encontra-se espaço para a construção de concepções voltadas para o acesso aos serviços e direitos sociais. O grupo com uma perspectiva sócio-educativa, valoriza a fala do usuário, construindo, a partir dela, estratégias de enfrentamento para as demandas sociais que vive, trazendo para a discussão aspectos conjunturais que repercutem na reprodução das expressões sociais.

O trabalho em grupo é um espaço de coletivização das demandas e do compartilhamento de experiências, através da construção de consciência crítica de cada usuário envolvido no processo. Os profissionais trazem importantes concepções a respeito do trabalho grupal, no sentido de seu ínfimo ensino na graduação, de seu objetivo voltado ao compartilhamento de demandas em comum, o acesso à informação e aos direitos sociais, aspectos que contribuem para a construção e consolidação da política de assistência social.

Por outro lado, o profissional 2 traz a seguinte ideia sobre trabalho em grupo:

Não trabalhamos em grupo, pois acredito que o grupo expõe o usuário. Realizamos apenas o atendimento individual para preservar os usuários em função das demandas que trazem (alto índice de tráfico, violência, abuso sexual, estupro). (Fala do assistente social 2).

Valoriza-se esta visão e compreende-se a importância da capacidade profissional na condução dos grupos, esclarecendo aos usuários que não se sentem a vontade, que tragam questões mais delicadas nos atendimentos individuais e que, neste espaço, o sigilo será garantido. As orientações técnicas sobre o PAIF (2012) indica que no trabalho social com famílias deverá ser mantido o *sigilo* das informações repassadas pela família durante todo o processo de acompanhamento familiar. Além disso, o Código de Ética (2011, p. 35) salienta que “o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”. Com isso, entende-se quando o profissional diz que não realiza grupo como ação do PAIF, uma vez que o serviço pode ser materializado de diversas maneiras, porém com objetivos e finalidades que são únicas.

Ainda sobre o trabalho do assistente social no PAIF através de grupos, ao serem questionados sobre os principais desafios em realizar esta ação, foi dito o seguinte:

O principal desafio do trabalho em grupo é a criatividade, planejamento e objetivos do grupo. (Fala da assistente social 1).

O principal desafio do trabalho em grupo é a assiduidade. (Fala da assistente social 3).

O principal desafio do trabalho em grupo é o usuário sentir-se pertencente aos grupos, a vinculação e o pertencimento deste usuário. Desafio de o usuário enxergar uma mudança em sua vida a partir da sua participação em espaços coletivos. (Fala da assistente social 4).

A partir destas respostas, percebe-se o diversificado e questionável entendimento sobre a finalidade da intervenção grupal. Quando um profissional diz que o principal desafio ao trabalhar com grupos é a assiduidade do usuário, a que lógica está querendo se remeter? Será mesmo que o mais importante é a presença do usuário, independente de sua efetiva participação no processo? Pensar sob esta perspectiva é, de certo modo, superficial, uma vez que esta compreensão não permite considerar a totalidade e historicidade do usuário, analisando sua realidade de vida que repercute na sua participação nos encontros grupais e, para além disso, o trabalho em grupo não deve cair na lógica do “controle de presença” para fins quantitativos da instituição. É necessário proporcionar condições para que este usuário

participe e compreender profundamente as implicações que rodeiam a vida deste usuário e que sua ausência é reflexo dos atravessamentos que a própria realidade coloca em sua vida.

Dentre as respostas, destaca-se a da profissional 3 quando fala sobre o pertencimento dos sujeitos nos grupos. Fazer com que o usuário sinta-se pertencente ao grupo é um processo que se constrói desde sua inserção, colocando-o como parte integrante do grupo e ator principal da intervenção. Além de assegurar sua autonomia e respeito durante todo o processo grupal, “o nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733). O entendimento profissional em fazer com que o usuário sinta-se parte do processo, é fundamental no sentido de fazer do grupo um espaço democrático que é construído com a participação de todos.

Deste modo, é indispensável retomar a discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, que é alicerçada em três dimensões profissionais – teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativa – as quais sustentam a profissão e imprimem direção teórica, ética e técnica para a intervenção dos assistentes sociais. Com isso, entende-se que o eixo técnico-operativo está condicionado a apreensão teórico-metodológica e ético-política que são capazes de sustentar a intervenção para que não caia no esvaziamento de sua intencionalidade e nem que seja executada sob moldes tecnicistas.

A instrumentalidade do Serviço Social é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional [...]. A ausência ou a insuficiência da tematização desta dimensão da profissão produz, por um lado, o discurso que a nega; por outro, intervenções que se reduzem a ações finalísticas, repetitivas, modelares. (GUERRA, 1999, p. 38).

A partir das respostas dadas, compreende-se que a dimensão técnico-operativa ainda é entendida como a prática do trabalho, esvaziada de reflexão teórico-crítica sobre o seu significado enquanto eixo balizador do trabalho profissional. A dimensão é dotada de concepções que transcendem a mera execução do trabalho, traz preceitos que indicam a necessidade de uma intervenção profissional propositiva e intencional, onde o assistente social domine os objetivos de sua ação e a compreenda enquanto estratégia capaz de atingir a finalidade de seu trabalho.

Trabalho Profissional do Assistente Social

O Serviço Social enquanto profissão coloca-se na cena contemporânea como possibilidade de enfrentamento às concepções conservadoras da sociedade que ferem a

garantia dos direitos sociais. A atuação do assistente social é voltada para a defesa intransigente dos direitos inerentes aos sujeitos sociais, com vistas a sua ampliação e consolidação na sociedade civil. Inserido na dinâmica capitalista, o Serviço Social é permeado por contradições e atravessamentos que exigem compreensão crítica dos profissionais acerca da conjuntura que se colocam.

A partir do Movimento de Reconceituação, a profissão volta-se para uma perspectiva crítica que entende as políticas públicas como direitos sociais de acesso à população. Negando a concepção filantrópica que a profissão carregava, o Serviço Social rompe com as práticas caritativas que reforçavam a lógica do ajustamento social e dos direitos sociais sob a concepção do favor. A fim de contextualizar a construção e execução da pesquisa, a discussão sobre o Movimento de Reconceituação se faz necessária, visto que é parte do processo de amadurecimento profissional e da construção de sua identidade.

É equívoco datar a Reconceituação como se fizesse parte da história “passada” da profissão. Esse processo dinamiza nossa história de hoje, através dos questionamentos que hoje fazemos, das dúvidas que hoje temos, dos dilemas impostos no enfrentamento às demandas sociais que nos obrigam cotidianamente Reconceitualizar esta profissão (FAUSTINI, 1995, p. 27).

Dentro desta discussão, é necessário, pois, compreender sobre o objeto central da profissão que é a chamada Questão Social. A Questão Social é o objeto de trabalho do Serviço Social e “o trabalho encontra-se no centro da questão social, sendo que ambos possuem uma relação indissolúvel” (IANNI, 1992 apud IAMAMOTO, 2014, p. 140). Sobre isso, a assistente social 3, diz que *a Questão Social está multifacetada*, isto é, o objeto de trabalho da profissão está fragmentado e pulverizado. O que se vê são ações isoladas que negam o objeto a partir da compreensão das relações sociais da sociedade capitalista e que eliminam a lógica da totalidade dos sujeitos como, por exemplo, o assunto sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família que são trabalhadas de maneira isolada, atentando-se à consequência e não a causa do descumprimento destas condições. A Questão Social é o cerne da profissão e se ela é entendida de maneira segmentada, o Serviço Social não consegue compreender aquilo que é seu objeto e, conseqüentemente, seu significado social como profissão.

Em uma perspectiva ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica de antagonismos e desigualdades que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do poder estatal aparecem em descompasso com o desenvolvimento social. (IANNI, 1992 apud IAMAMOTO, 2014, p. 140).

A sociedade como um todo já se encontra dividida em classes, pobres e ricos, patrões e operários, deste modo, quais as possibilidades de atuação do Serviço Social em uma realidade segmentada, onde o objeto de seu próprio trabalho também é compreendido de uma maneira fracionada? Como intervir na realidade social se a ação profissional segue o objeto e a mesma direção desta realidade? É preciso, pois, profunda clareza sobre os objetivos que a profissão possui e sua finalidade na sociedade contemporânea. Entende-se, então, que o movimento de resistência da categoria oxigena a discussão e coloca o Serviço Social enquanto profissão que, cotidianamente, precisa se reafirmar e mostrar a que veio dentro de um cenário de exclusão e desigualdade social. Precisa tensionar e exigir que seja reconhecido como profissão capaz de atuar na ampliação de garantia dos direitos sociais, com vistas à erradicação de todo e qualquer tipo de desigualdade social.

[...] é preciso resistência diária, pois o cenário é péssimo para a materialização do Serviço Social; a luta vem desde que o Serviço Social ‘abriu os olhos’. (Fala da assistente social 4).

Enquanto meio que respalda e orienta a profissão neste cenário de intensos retrocessos que se tem enfrentado, o Serviço Social apóia-se no PEP como forma de compreender criticamente a realidade social e de nortear a ação profissional. A conjuntura atual encontra-se em situação de emergência e as políticas sociais sob constante ameaça. O descaso e a indiferença estatal, fazem com que as políticas públicas sejam precarizadas e desqualificadas. Ao serem questionados sobre a atual conjuntura e suas implicações para o Serviço Social, três profissionais trouxeram fortemente que este cenário significa:

Desmonte das políticas sociais e descaso com a população. (Fala do assistente social 2).

Desmonte e precarização dos serviços. (Fala da assistente social 3).

Desmonte e desqualificação dos direitos e conquistas. (Fala da assistente social 4).

O desmantelamento das políticas sociais exige compreensão crítica dos profissionais, para que, sob o norte do PEP, construam estratégias de enfrentamento e resistência que freiem

os avanços capitalistas para a precarização das políticas sociais. Pereira (2003) contribui com a discussão ao falar sobre os retrocessos que as políticas sociais vêm sofrendo. Destaca que as políticas não têm como prioridade a satisfação das necessidades básicas dos sujeitos, mas sim estão voltadas à rentabilidade econômica, isto é, as políticas sociais não estão apontadas para a concretização dos direitos, mas para seu desmantelamento e negação. Diante disso, é necessário retomar a discussão da não culpabilização dos usuários pelas expressões sociais que lhes são impostas e invisibilizadas pelo poder público. O Estado coloca-se como agente que alimenta e fortalece estas refrações, à medida que reforça, conforme Pereira (2003, p. 84), “[...] as políticas sociais residuais e focalizadas na pobreza extrema; o ressurgimento das condicionalidades [...]; a culpabilização dos pobres pelo seu estado de penúria.”. Neste contexto, é indispensável o entendimento das múltiplas variações que constituem a realidade, com o intuito de compreender a centralidade do poder estatal no gerenciamento e qualificação das políticas públicas destinadas, principalmente, à população em situação de vulnerabilidade social.

Dentro disso, o PEP, materializado pelo Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares, coloca-se enquanto orientador profissional para a leitura e interpretação desta realidade, com o objetivo de fundamentar as ações profissionais no que concerne a efetivação do trabalho sob os preceitos éticos, políticos e das atribuições referentes ao assistente social.

Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade [...]. Isto porque ele estabelece um norte, quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”. (IAMAMOTO, 2014, p. 227).

Deste modo, o trabalho profissional requer apropriação do objeto de trabalho do Serviço Social a partir dos pressupostos que compõe o PEP, de forma a entendê-los de maneira crítica e intencional para a finalidade de sua ação. Com sua capacidade intelectual e dialética, o assistente social compreende seu trabalho como profissão necessária para combater os retrocessos estatais, mediante uma análise de conjuntura que possibilita sua intervenção nesta realidade social. Nesta sociedade contemporânea, que é engendrada em moldes capitalistas que insistem em subalternizar as relações sociais e desqualificar os serviços, o assistente social, através do seu trabalho, deve atuar na contramão desta lógica

hegemônica, buscando a construção de uma nova ordem societária pautada na lógica da igualdade e ampliação dos direitos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste TCC foi possível aproximar-se da política de assistência social, desde sua origem até como se configura na conjuntura atual. A discussão se deu acerca da gênese do Serviço Social e as práticas assistencialistas realizadas por Mary Richmond e por segmentos religiosos. Cronologicamente, debateu-se sobre o processo de amadurecimento do Serviço Social a partir do Movimento de Reconceituação e do Congresso da Virada que conferiram caráter político à profissão e de direito às políticas sociais. Neste ponto, salientou-se a influência do Projeto Ético-Político (PEP) enquanto orientador para a execução do trabalho profissional com base em preceitos éticos, legais e da competência profissional. A política de assistência social, política de execução da pesquisa, coloca-se no cenário contemporâneo com indiscutíveis contribuições à sociedade, no que se refere à ampliação e garantia dos direitos sociais.

As reflexões se estenderam para a esfera da instrumentalidade do Serviço Social, tecendo diálogo com as dimensões que sustentam a profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Para fins deste trabalho, evidenciou-se a vertente técnico-operativa costurada com as demais vertentes do trabalho profissional. O trabalho contou com o relato de experiência de estágio em um CRAS de Porto Alegre, o qual culminou na escolha em realizar uma pesquisa que respondesse às inquietações da acadêmica sobre o trabalho do assistente social nesta instituição. Então, com o objetivo de adensar o conhecimento acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e do trabalho propriamente dito, realizou-se a análise das respostas da pesquisa qualitativa, construindo uma interlocução com as bases normativas da profissão e da política de assistência social.

Os obstáculos para chegar até aqui foram muitos, porém a certeza de que esta pesquisa foi justamente para compreender e refletir sobre o atual momento da política de assistência social, foi sobressalente à vontade de desistir a cada “não” recebido. A discussão sobre a conjuntura atual e os motivos concretos de tal dificuldade, sempre foi considerada para fins de execução da pesquisa. Perfeitamente entende-se o retraimento dos profissionais para submeterem-se aos questionamentos, sendo que estão a um passo de perderem seus empregos em virtude de uma questão maior que é a constante tentativa de precarização das relações de trabalho através da expansão e consolidação da terceirização.

Em tempos difíceis de desmonte das políticas sociais e subtração dos direitos, realizar uma pesquisa com profissionais que vivem cotidianamente estes atravessamentos é um desafio posto a todas as partes envolvidas. Porém, ao mesmo tempo, realizar uma pesquisa é

um dos maiores aprendizados que uma acadêmica pode ter. A pesquisa inquieta, desacomoda, questiona e faz refletir sobre o real significado do trabalho em determinado espaço ocupacional. E, portanto, ao refletir sobre seu próprio trabalho, possibilita idealizar mudanças que qualifiquem o fazer profissional.

Discutir a política de assistência social pressupõe entendê-la como indispensável para a dinâmica das relações sociais e como possibilidade de interpretação da realidade social sob moldes críticos em confronto com a hegemonia capitalista. Os diferentes equipamentos que executam a política de assistência social são fundamentais para atribuir característica institucional à política, no entanto, os sujeitos da sociedade civil e suas demandas, requerem articulações concretas que minimizem ou cessem os reflexos causados por essa realidade. Neste sentido, a política de assistência social não deve ser reduzida às instâncias de trabalho, mas sim, vista como estratégia política e social que extrapola os muros institucionais a fim de alcançar o maior contingente populacional e concretizar-se como direito público e social.

Deste modo, o assistente social coloca-se neste contexto como profissional intelectual capaz de pensar e operacionalizar a política de assistência social sob um viés crítico e da perspectiva de direito. Apoiado e respaldado pela teoria social crítica, o profissional insere-se na interface das políticas sociais e da população usuária, mediando processos educativos e de autonomia que constroem a possibilidade de uma consciência crítica diante dos limites postos pela própria realidade social. O Serviço Social enquanto profissão e a assistência social enquanto política pública aponta para o campo da defesa, garantia e ampliação dos direitos sociais e, com essa sólida relação, ousa-se pensar que a ideação de uma nova ordem societária pode estar cada vez mais próxima.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

_____. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. 2001. 426f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 2006.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo. Ed. Cortez, 1992.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. **O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino; CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. **Ditadura e Serviço Social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014.

AZEVEDO, Isabela Sarmet de. **A Relação Teoria/Método/Instrumentais: uma leitura a partir da concepção de profissão**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 325 - 333, jul./dez. 2013.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Fundamentos Éticos do Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp: 165-184.

BATTINI, Odária. **Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil – 80 anos**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 19, n.1, p. 155-170, jul/dez. 2016.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. **O trabalho de assistentes sociais nos CRAS**. IN: CFESS. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

BRANDÃO, Rita de Cássia Camargo. **O Serviço Social no Brasil: a reinstrumentalização necessária**. 2006. 167f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, São Paulo, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 - Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. MDS: Brasília, 2005.

_____. **Orientações Técnicas – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. MDS: Brasília, 2009.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF - Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. 1ª ed. MDS – Brasília, 2012.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. Revista Virtual Textos & Contextos, Porto Alegre, nº 2, ano II, dez. 2003.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016

CARLOS, Sérgio Antônio. **A gênese e a estrutura do Serviço Social brasileiro no período doutrinário católico. 1993. 248p.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo, 1993.

_____. **Jackson de Figueiredo e a restauração católica.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 12, n. 36, ago. 1991, p. 114-125.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito.** 2008. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Maria Irene de. **Contracorrentes em tempos de tempestades: o pensamento de Jane Addams e Mary Richmond no Serviço Social.** Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro – 2012, n.29, v.10, p. 157-169.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social – Documento de Araxá (1967).** 2 ed., Rio de Janeiro. Agir, 1986.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social. Lei 8662/93 de Regulamentação da profissão.** 9ª Ed. CFESS – Brasília, 2011a.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília, 2011b.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: Um estudo a partir da produção da área.** 2015. 253p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Humanidades - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2015.

CONSTANTINOU, Janete; SANTOS, Simone Ritta dos; ROCHA, Simone Rocha da. **A construção de indicadores sociais: uma proposta de avaliação da política de assistência social.** IN: FASC. Iº Seminário de Práticas Sociais – Troca de Experiências. Porto Alegre, 2002.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional.** 2008. 147p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: CFESS/ABESS (Orgs.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

_____. (et. al.) **A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.** In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva E; RAICHELIS, Raquel (orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** – São Paulo: Cortez, 2010b.

CRESSRJ. **Serviço Social – Profissão.** Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>. Acesso em agosto de 2017.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. **A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente.** In: GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Editora UFJF. 2012.

FAERMANN, Lindamar Alves. **Teoria Social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 18, n.2, p.34 - 51, jan./jun. 2016.

_____. **O uso dos instrumentos e das técnicas no serviço social na perspectiva crítico-dialética: mediações necessárias**. 2014. 184p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **Prática do Serviço Social: o desafio da construção**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1995.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação permanente: um desafio para o Serviço Social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 207-218. jan./jun. 2007.

FORTI, Valéria. **Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate**. O Social em Questão, Rio de Janeiro - Ano XV - nº 28 – 2012.

_____; COELHO, Marilene. **Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional**. IN: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

_____; GUERRA, Yolanda. **“Na Prática a Teoria é Outra?”** IN: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Serviço Social: Tema, Textos e Contextos. 5ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GENTILLI, Raquel. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. São Paulo. Ed. Veras, 1998.

GÓIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba**. 2016. 218p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Humanidades – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; DAMASCENO, Heide de Jesus. **Políticas Sociais, Serviço Social e Exercício Profissional**. Temporalis, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

GUEDES, Olegna de Souza. **Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 28 – 42, jan./jul. 2016.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

_____. **Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária**. IN: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4ª edição. São Paulo. Ed. Cortez, 2001.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009c. p.161-196.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JÚNIOR, Newton Gomes; PEREIRA, Potyara. **Necessidades do capital versus necessidades humanas no capitalismo contemporâneo: uma competição desigual.** Argumentum, Vitória, v. 5, n.1, p.50- 65, jan./jun. 2013.

KFOURI, Nadir Gouvea. **A técnica do Serviço Social dos casos individuais.** Cadernos de Serviço Social, São Paulo, ano V, n. 38, p. 131-136, set. 1945.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.** Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica.** 2006. 172p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro Sócio-Econômico - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

_____; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Ações sócio-educativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica.** Temporalis, Brasília, ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Rev. Katál., Florianópolis, v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

MACHADO, Ednéia Maria. **Questão Social: Objeto do Serviço Social?** Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 2, n. 2, p.39-47, jul./dez. 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias.** In: Atribuições privativas e competências do assistente social. 2006.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica.** São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social.** Lusíada. Intervenção Social, Lisboa, n.º 41, 2013.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 4 ed. São Paulo. Ed. Cortez, 1998.

_____. **O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois.** Revista Serviço Social e Sociedade, n.º. 84, novembro, 2005.

PAES-SOUSA, Rômulo. **Proteção Social.** In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (orgs). Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre. Ed. UFRGS. 2016.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica “Rerum Novarum” – Sobre a condição dos operários.** Roma, 1891.

PAPA PIO XI. **Carta Encíclica – Quadragésimo Ano.** Roma, 1931.

PMPA. **Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC.** Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56. Acesso em junho de 2017.

PEREIRA, Potyara. **A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 73, março, 2003.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana.** Revista Virtual Textos & Contextos, Porto Alegre, nº 2, dez. 2003.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAMOS, Sâmya; MESQUITA, Marylucia; MADEIRA, Kátia. **18 anos da Lei 8662/1993: a maioria da Lei 8662/93 em tempo de luta e resistência.** IN: CFESS Manifesta – Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). Brasília, 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Instrumentos e Técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social.** Libertas, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.220 - 246, jan-dez / 2005.

_____. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** 2006. 254p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Carolina Martins dos. **Diário de Campo.** 2016. 2p. Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SILVA, Maria Guimarães da. **Processo de Trabalho e Serviço Social.** InterAÇÕES - Cultura e Comunidade, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 35-47, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva E. **Configuração de um projeto profissional: as contribuições do CBCISS para o Serviço Social no Brasil.** In: CBCISS. Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, Solange dos Santos. **O processo de materialização do projeto ético-político do serviço social no trabalho do assistente social.** 2010. 154p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SIQUEIRA, Mônica Maria Nunes da Trindade. **Famílias: uma experiência de trabalho com grupo.** Revista Ciências Humanas, Taubaté, v. 1, n. 2, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 77, ano XXIV, abril 2004.

_____. **Assistência Social: de ação individual a direito social.** Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC, São Paulo, n. 10 – jul./dez. 2007.

_____. (et. al.). **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo. Ed. Cortez, 2010.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais.** Revista Temporalis, Brasília, n. 4, ano II, 2001.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias.** Rio de Janeiro, 2002.

WÜNSCH, Dolores Sanches; MENDES, Jussara Maria Rosa. **Processos de trabalho e a instrumentalização do trabalho profissional nas dimensões da competência profissional.** IN: LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sergio Antonio (orgs.). Supervisão de Estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente. Porto Alegre: Prorext/UFRGS, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: CFESS; ABEPSS. (org.). Serviço Social – Direitos Sociais e Competência Profissionais. 1 ed. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE A**Formulário de Pesquisa para os Assistentes Sociais****O trabalho do assistente social nos CRAS de Porto Alegre: desvendando a dimensão técnico-operativa.**

Dados de identificação: Nome: _____ N° de CRESS: Idade: Instituição de trabalho: Há quanto tempo trabalha na instituição? Vínculo empregatício: () terceirizado () estatutário () celetista Quais experiências profissionais? Instituição de formação: Ano de formação: Possui pós-graduação/curso de especialização: () sim () não Qual? _____

Questões:

1. Como realizas teu trabalho no PAIF?
2. Achas que o trabalho no PAIF é importante para a população? Por quê?
3. Qual a importância do PAIF para ti?
4. Quais as metodologias utilizadas por ti para intervir com os indivíduos e famílias acompanhadas pelo PAIF?
5. Tu realizas trabalho em grupo?
6. O que entendes por trabalho em grupo?
7. Quais os desafios do trabalho em grupo?
8. Como percebes a materialização de teu trabalho junto aos indivíduos e famílias acompanhadas pelo PAIF?
9. Qual a tua percepção sobre a atual conjuntura e suas implicações para o Serviço Social?